

MARCO AURÉLIO MAGALHÃES CAVALCANTI

COOPERAÇÃO MILITAR INTERNACIONAL: a capacitação de militares como contribuição para a segurança e desenvolvimento na Amazônia.

Trabalho de Conclusão de Curso - monografia apresentada ao Departamento de Estudos da Escola Superior de Guerra, como requisito à obtenção do diploma do Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia.

Orientador: Professor Guilherme Lopes

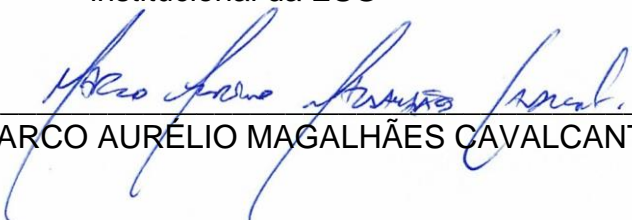
Rio de Janeiro

2022

C2022ESG

Este trabalho, nos termos de legislação que resguarda os direitos autorais, é considerado propriedade da ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (ESG). É permitida a transcrição parcial de textos do trabalho, ou mencioná-los, para comentários e citações, desde que sem propósitos comerciais e que seja feita a referência bibliográfica completa.

Os conceitos expressos neste trabalho são de responsabilidade do autor e não expressam qualquer orientação institucional da ESG



MARCO AURÉLIO MAGALHÃES CAVALCANTI

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C377c Cavalcanti, Marco Aurélio Magalhães

Cooperação militar internacional: a capacitação de militares como contribuição para a segurança e desenvolvimento na Amazônia / Cel. EB Marco Aurélio Magalhães Cavalcanti - Rio de Janeiro: ESG, 2022.

53 f. : il.

Orientador: Guilherme Lopes Cunha

Trabalho de Conclusão de Curso - Monografia apresentada ao Departamento de Estudos da Escola Superior de Guerra como requisito à obtenção do diploma do Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia (CAEPE), 2022.

1. Brasil - Fronteiras - Suriname. 2. Suriname - Fronteiras - Brasil. 3. Amazônia - Política econômica. 4. Militares - Formação. I. Título.

CDD - 327.810883

AGRADECIMENTOS

Primeiramente devo agradecer a Deus, por ter me guiado até chegar nesta fase de minha carreira profissional. Após mais de 30 anos de efetivo serviço, passando por diversas situações difíceis, cursar o CAEPE foi um grande prêmio e uma enorme honra para mim.

Agradeço também à minha família, pela fraterna convivência e presença constante, mesmo distantes fisicamente na maior parte do tempo. Nesse contexto, agradeço especialmente minha esposa, por estar ao meu lado em todos os momentos, acompanhando-me sempre. Companheira de muitas jornadas e me seguindo para onde o dever me mandar.

Aos amigos estagiários do CAEPE, civis e militares, registro o agradecimento pela camaradagem e salutar troca de conhecimentos. Esse ano de convivência foi muito especial e um dos melhores de minha vida pessoal.

Por fim, agradeço ao meu orientador, Professor Guilherme Lopes, que desde o início deste trabalho não poupou suas energias para me ajudar a fazer o melhor possível. Na pessoa dele, agradeço também todo o corpo permanente da ESG por me proporcionar um ano de muito aprendizado.

“(...) uma solução comunitária para os problemas econômicos e sociais da Pan-Amazônia levaria a vantagem de permitir um equacionamento ajustado à ecologia e às necessidades regionais. Seria uma solução amazônica para problemas amazônicos. Seria uma tentativa de vertebrar a região como um todo e não como seções secundárias de áreas marítimas do Atlântico e do Pacífico. Os benefícios colhidos se difundiriam às áreas adjacentes da Bacia do Orenoco e das Guianas onde existem carências semelhantes às da Bacia do Rio Mar.”

(General Meira Mattos)

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo analisar uma vertente da cooperação militar internacional, realizada pelas Forças Armadas brasileiras, com outro país limítrofe, localizado na região amazônica. O Suriname foi o escolhido pois possui uma intensa e sólida relação militar com o Brasil e, apesar de ser o menor país da América do Sul, tende a ser um importante ator no cenário regional devido aos crimes transnacionais que lá ocorrem, e por possuir muitas riquezas naturais que estão atraindo interesses de grandes potências. A metodologia utilizada nesta pesquisa foi baseada em uma análise bibliográfica, com levantamento de dados e análise documental, além da verificação de fatos envolvendo atores sociais e políticos presentes na região. Ao final deste estudo se pretendeu demonstrar como a capacitação de pessoal militar do Suriname, ofertada e conduzida por militares brasileiros, pode impactar a segurança e o desenvolvimento na região amazônica próxima à fronteira entre os dois países, colaborando para a segurança e o desenvolvimento da região.

Palavras-chave: capacitação, cooperação, segurança, desenvolvimento, Amazônia.

ABSTRACT

This work aimed to analyze an aspect of international military cooperation, carried out by the Brazilian Armed Forces, with another bordering country, located in the Amazon region. Suriname was chosen because it has an intense and solid military relationship with Brazil and, despite being the smallest country in South America, it tends to be an important player in the regional scenario due to the transnational crimes that occur there, and because it has many natural riches that are attracting the interests of great powers. The methodology used in this research was based on a bibliographic analysis, with data collection and document analysis, in addition to the verification of facts involving social and political actors present in the region. At the end of this study, it was intended to demonstrate how the training of Surinamese military personnel, offered and conducted by Brazilian military personnel, can impact security and development in the Amazon region close to the border between the two countries, contributing to the security and development of the region.

Keywords: training, cooperation, security, development, Amazon.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Entorno Estratégico.....	10
Figura 2 - Mapa do Suriname.....	15
Figura 3 - Questões de Fronteira do Suriname.....	19
Figura 4 - Região de garimpo no Suriname (<i>greenstone belt</i>).....	24
Figura 5 - Reservas de petróleo na Bacia Guiano-Surinamesa.....	25

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

Tabela 1 - Projetos de cooperação em defesa financiados pela ABC.....	13
Tabela 2 - Oficiais surinameses formados na AMAN.....	30
Tabela 3 - Assessores militares brasileiros em missão no Suriname.....	32
Gráfico 1 - Militares surinameses que concluíram cursos no Brasil.....	30

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABC	- Agência Brasileira de Cooperação
ABNT	- Associação Brasileira de Normas Técnicas
AMAN	- Academia Militar das Agulhas Negras
CISM	- Conselho Mundial de Desporto Militar
CFN	- Corpo de Fuzileiros Navais
CRFB	- Constituição da República Federativa do Brasil
DAEBAI	- Diretriz para as Atividades do Exército Brasileiro na Área Internacional
DEA	- Drug Enforcement Administration
DIRDAI	- Diretriz de Defesa para a Área Internacional
EB	- Exército Brasileiro
ED	- Estratégia de Defesa
END	- Estratégia Nacional de Defesa
ESG	- Escola Superior de Guerra
EUA	- Estados Unidos da América
FAB	- Força Aérea Brasileira
GAT-FN	- Grupo de Assessoramento Técnico de Fuzileiros Navais
GTBD	- Grupos de Trabalho Bilaterais de Defesa
MB	- Marinha do Brasil
MD	- Ministério da Defesa
MRE	- Ministério das Relações Exteriores
OEE	- Objetivos Estratégicos do Exército
OND	- Objetivos Nacionais de Defesa
OTCA	- Organização do Tratado de Cooperação Amazônica
PEB	- Política Externa Brasileira
PEEx	- Plano Estratégico do Exército
PEM	- Plano Estratégico da Marinha
PND	- Política Nacional de Defesa
PRODE	- Produtos de Defesa
URSS	- União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USGS	- Serviço Geológico dos Estados Unidos da América
VOS	- Voortgezette Officiers School

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	1
1.1 O PROBLEMA.....	2
1.2 OBJETIVO FINAL.....	2
1.3 OBJETIVOS INTERMEDIÁRIOS	3
1.4 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO.....	3
1.5 RELEVÂNCIA E JUSTIFICATIVA DO ESTUDO.....	3
2 RELAÇÕES INTERNACIONAIS NO ÂMBITO DA DEFESA	5
2.1 ATIVIDADES INTERNACIONAIS.....	6
2.1.1 Cooperação Militar Internacional	7
2.1.2 Integração no Entorno Estratégico	10
2.1.3 Capacitação de Militares Estrangeiros	11
2.2 CONCLUSÃO PARCIAL.....	14
3 SURINAME	15
3.1 RELAÇÕES BILATERAIS BRASIL-SURINAME	16
3.2 AS FRONTEIRAS DO SURINAME	18
3.3 A INTEGRAÇÃO AMAZÔNICA ENTRE BRASIL E SURINAME.....	20
3.4 A TEMÁTICA DO GARIMPO DE OURO.....	22
3.5 A TEMÁTICA DA EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO.....	25
3.6 CONCLUSÃO PARCIAL.....	26
4 COOPERAÇÃO MILITAR BRASIL-SURINAME	28
4.1 ANTECEDENTES.....	28
4.2 PRINCIPAIS ATIVIDADES REALIZADAS.....	29
4.2.1 Capacitação no Brasil	29
4.2.2 Assessorias Militares no Suriname	31
4.2.2.1 Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais.....	32
4.2.2.2 Assessoria Desportiva.....	33
4.2.2.3 Grupo de Assessoramento Técnico de Fuzileiros Navais.....	34
4.3 CONCLUSÃO PARCIAL.....	35
5 CONCLUSÃO	37

REFERÊNCIAS

1 INTRODUÇÃO

A Região Amazônica sempre foi objeto de discussões acerca de sua importância para o Brasil e para todo o mundo. É uma área extremamente complexa, que envolve oito países do continente sul-americano, e é repleta de riquezas naturais. A Política Nacional de Defesa (PND) retrata a importância e prioridade que o país, por meio de sua expressão militar, deve dar à Amazônia Brasileira:

Do ponto de vista da defesa, além das regiões onde se concentram os poderes político e econômico, **deve-se dar prioridade** à faixa de fronteira, à **Amazônia** e ao Atlântico Sul. (BRASIL, 2020, p. 13, grifo nosso)

O Brasil, maior país da América do Sul, faz fronteira, em sua Região Norte, com a Guiana Francesa, Suriname, Guiana, Venezuela, Colômbia, Peru e Bolívia. Apesar de algumas diferenças geográficas e culturais, no que diz respeito aos temas amazônicos, esses países estão intimamente ligados. Existem várias iniciativas de cooperação bilateral, em diversas áreas de interesse, cabendo destacar a cooperação em assuntos militares e de defesa.

Os princípios capitulados no Artigo 4º da Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB) balizam a atuação diplomática brasileira e, por consequência a atuação das Forças Armadas no exterior, ressaltando o ambiente cooperativo internacional como princípio constitucional:

Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

- I - independência nacional;
- II - prevalência dos direitos humanos;
- III - autodeterminação dos povos;
- IV - não-intervenção;
- V - igualdade entre os Estados;
- VI - defesa da paz;
- VII - solução pacífica dos conflitos;
- VIII - repúdio ao terrorismo e ao racismo;
- IX - **cooperação entre os povos para o progresso da humanidade**;
- X - concessão de asilo político. (BRASIL, 1988, grifo nosso)

Assim, obedecendo o que prescreve a Carta Magna, o Brasil busca manter relacionamento com todos os países e blocos internacionais. Tal condição, possibilita a cooperação e integração em diversas áreas, inclusive defesa.

A cooperação militar entre o Brasil e o Suriname já existe há quase 40 (quarenta) anos e se fortaleceu ao longo de todo esse período. Atualmente existe uma grande confiança mútua entre as Forças Armadas dos dois países, fruto do esforço de

militares brasileiros e surinameses, e que servem de exemplo de relacionamento para outras áreas de cooperação.

Ambos os países fazem parte da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), além de partilharem cadeiras em outros organismos internacionais. Nesse ambiente, possuem diversos temas de interesse comum e que são alvo de fortalecimento diplomático entre as duas nações.

A soberania, a segurança e o desenvolvimento são objetivos nacionais presentes tanto para o Brasil, quanto para o Suriname. Um país soberano, seguro e desenvolvido é capaz de ditar seu destino, preservar seu território e buscar o bem comum para seus cidadãos. Nesse sentido, por meio da cooperação internacional, utilizando a expressão militar do Poder Nacional, existem possibilidades de atuação das Forças Armadas que podem contribuir para a solução de problemas na região amazônica.

Os militares brasileiros são extremamente comprometidos, capacitados e muito bem formados. As três forças, Marinha do Brasil (MB), Exército Brasileiro (EB) e Força Aérea Brasileira (FAB) possuem estabelecimentos de ensino bem organizados e são detentoras de consagradas metodologias de capacitação de pessoal que as credenciam como excelentes multiplicadoras de conhecimento. Além disso, são capazes de atuar em regiões inóspitas e com características geográficas variadas.

Ao contrário, o Suriname é um país bastante novo e que coloca na cooperação internacional grande esperança na resolução de alguns de seus problemas internos.

Desse modo, este texto busca apresentar um estudo abordando a cooperação militar entre o Brasil e o Suriname, sob a ótica de uma análise pragmática, a fim de identificar as principais características dessa ligação. Ao final do estudo, pretende-se identificar a influência dessa relação entre os dois países para a segurança e o desenvolvimento na região amazônica.

1.1 PROBLEMA

Qual a influência da cooperação militar brasileira no Suriname para a segurança e o desenvolvimento na Amazônia?

1.2 OBJETIVO FINAL

O objetivo final desta pesquisa é verificar de que maneira a cooperação militar entre o Brasil e o Suriname impacta a segurança e o desenvolvimento na região amazônica.

1.3 OBJETIVOS INTERMEDIÁRIOS

Para tanto, foram criados os seguintes objetivos intermediários:

- descrever e interpretar os principais conceitos teóricos e características que se relacionam com o tema cooperação militar internacional;
- caracterizar o espaço geográfico na Amazônia, onde Brasil e Suriname, possuem interesses, identificando a importância da integração entre os dois países;
- identificar ameaças à segurança e ao desenvolvimento, bem como oportunidades que sejam de interesse aos dois países;
- identificar os principais aspectos da cooperação militar entre o Brasil e o Suriname.

1.4 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

O delineamento da pesquisa contemplará uma avaliação acerca da importância da cooperação militar na Amazônia, no que diz respeito ao Brasil e ao Suriname.

Como referencial teórico do assunto, serão apresentados conceitos e estudos relacionados à diplomacia militar e também à cooperação militar internacional, além de documentos e publicações existentes sobre o tema.

O foco do trabalho será restrito aos aspectos ligados à cooperação militar, sem abordar detalhadamente outras áreas de relacionamento bilateral. Além disso, o trabalho será direcionado ao estudo de aspectos ligados à capacitação de pessoal militar.

1.5 RELEVÂNCIA E JUSTIFICATIVA DO ESTUDO

A Política Nacional de Defesa retrata a importância e prioridade que o país, por meio de sua expressão militar, deve dar à região amazônica:

Do ponto de vista da defesa, além das regiões onde se concentram os poderes político e econômico, **deve-se dar prioridade** à faixa de fronteira, à **Amazônia** e ao Atlântico Sul. (BRASIL, 2020, p. 13, grifo nosso)

Dessa forma, a manutenção da soberania nacional na Amazônia é um assunto que requer atenção especial, e este trabalho é relevante por contribuir para a realização de um estudo mais aprofundado sobre aspectos que influenciarão na integração e segurança da Região Norte do Brasil. Além disso, esta pesquisa possui características de alinhamento com os anseios do Estado Brasileiro, no que se refere ao desenvolvimento da Amazônia.

Por fim, verifica-se, ainda, que o estudo abordará aspectos relacionados à segurança, defesa e desenvolvimento do Brasil, indo ao encontro da missão e da visão de futuro da Escola Superior de Guerra, conforme consta em sua página eletrônica:

Nossa missão: Desenvolver atividades acadêmicas que permitam compreender as realidades nacional e internacional, visando preparar civis e militares para o desempenho de funções de direção e assessoramento de alto nível, no campo da Defesa Nacional, incluindo o que concerne à Segurança e ao Desenvolvimento.

Visão de futuro: Ser reconhecida como centro de excelência nacional e de referência internacional no ensino e na pesquisa, no campo da Defesa Nacional, incluindo o que concerne à Segurança e ao Desenvolvimento (BRASIL, 2022).

2 RELAÇÕES INTERNACIONAIS NA ÁREA DE DEFESA

As relações internacionais dizem respeito aos interesses entre Estados, porém é um tema que está relacionado a todos os aspectos de relacionamento, conforme descrito por CASTRO (2012, p. 53):

A importância do estudo das Relações Internacionais é autoevidente. As Relações internacionais estão em toda parte; fazem parte do nosso cotidiano, quer queiramos ou não. O saber internacional perfura nossas vidas, amplia nossas visões, redefine quem somos como cidadãos e dissecam a forma de analisar e tratar o outro. O Sua força questiona e transforma o Estado, seu papel e suas atribuições, (re)equacionando a lógica de poder entre cidadãos, empresas, unidades subnacionais, sociedade civil e organismos multilaterais.

CASTRO (2012, p. 73) retrata, ainda, como as relações internacionais são abrangentes e diversificadas:

As Relações Internacionais, tanto como ciência autônoma, quanto como práxis atrelada aos atos e fatos gerados pelos sujeitos, se materializam na forma de contatos, de articulações e de interação constante e recorrente entre os diversos atores (estatais, não estatais e individuais), em negociações (fechadas ou abertas) e em diversas formas de interlocução (pacíficas ou belicosas). As Relações Internacionais reúnem diversas forças dinâmicas que sintetizam e distribuem capitais de força-poder-interesse em tempo real e em diversas escalas (níveis de análises) ou, de forma mais tecnicamente apropriada, diversas sistemias.

O Ministério da Defesa (MD) aborda, em sua página eletrônica, a temática das relações internacionais, na área de defesa, da seguinte maneira¹:

A ordem multipolar, caracterizada pela coexistência de potências tradicionais e potências emergentes, traz consigo novas oportunidades e desafios às nações no plano da defesa.

Embora o diálogo, a cooperação, a ênfase no multilateralismo e o respeito ao direito internacional continuem a ser atributos importantes e desejáveis, a recomposição do sistema em base multipolar não é, por si só, suficiente para garantir que, no atual quadro de transição, prevaleçam relações não conflituosas entre os Estados.

Nesse contexto, o Brasil vê em sua política de defesa e em sua vocação para o diálogo componentes essenciais para sua inserção afirmativa e cooperativa no plano internacional.

A política de defesa determina a capacidade do Estado de oferecer proteção ao povo brasileiro e de garantir a não ingerência externa em seu território e em suas águas jurisdicionais, inclusive no espaço aéreo sobrejacente, no leito marinho e no subsolo.

A soberania da Nação, sua inserção econômica competitiva e seu desenvolvimento pleno pressupõem capacidade de defesa condizente com as potencialidades e aspirações do país. (BRASIL, 2022, grifo nosso)

¹ Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/relacoes-internacionais>. Acesso em: 22 jun. 2022.

Dessa forma, identifica-se a importância da área de defesa para as relações internacionais, bem como é possível verificar que este assunto já se encontra relatado na última edição da PND, tal como descrito a seguir:

A paz e a estabilidade nas relações internacionais requerem ações integradas e coordenadas nas esferas do Desenvolvimento, para a redução das deficiências estruturais das nações; da Diplomacia, para a conjugação dos interesses conflitantes de países; e da Defesa, para a dissuasão ou o enfrentamento de ações hostis. Esses três pilares – Desenvolvimento, Diplomacia e Defesa – devem ser explorados com maior ou menor profundidade conforme o caso concreto, a fim de garantir a Segurança e a Defesa nacionais. (BRASIL, 2020, p. 20)

Na PND foram elencados os Objetivos Nacionais de Defesa (OND). Tais objetivos são definidos após análise e projeções dos ambientes nacional e internacional, bem como da concepção política, devendo ser interpretados como as condições a serem alcançadas e mantidas permanentemente pela nação brasileira no âmbito de defesa. Um desses objetivos é o de “contribuir para a estabilidade regional e para a paz e a segurança internacionais”, sendo descrito na PND da seguinte forma:

Refere-se à participação do Brasil nos mecanismos de resolução de controvérsias no âmbito dos organismos internacionais, complementada pelas relações com toda a comunidade mundial, na busca de confiança mútua, pela **colaboração nos interesses comuns e pela cooperação em assuntos de Segurança e Defesa**. (BRASIL, 2020, p. 25, grifo nosso)

2.1 ATIVIDADES INTERNACIONAIS

Uma definição para as atividades de defesa na área internacional, pode ser encontrada na Portaria Normativa N° 49, de 12 de dezembro de 2017, do Ministério da Defesa, que aprovou a Diretriz de Defesa para a Área Internacional (DIRDAI):

Atividades de Defesa na área internacional são atividades que, tendo lugar no exterior ou no Brasil, impliquem interação do Ministério da Defesa (MD) ou das FS brasileiras com ministérios da Defesa, Forças Armadas estrangeiras ou organizações internacionais. Enquadra-se ainda nessa definição a interação com indivíduos, organizações ou empresas estrangeiras para a consecução dos interesses da Defesa brasileira. (BRASIL, 2017, p. 16)

O mesmo documento, destaca uma série de atividades na área internacional, que podem ser conduzidas pelo setor de defesa brasileiro, inclusive na capacitação de pessoal:

d) Tipos de atividades na área internacional

Do elenco de atividades da Defesa na área internacional destacam-se as seguintes:

- i. contribuição para o estabelecimento e gerenciamento de atos internacionais, como tratados e acordos de interesse da Defesa;
- ii. ocupação de postos de relevo em Representações Diplomáticas e Comissões Brasileiras no Exterior;

- iii. ocupação de postos de relevância como Reitores, Diretores, Conselheiros, Docentes, Secretários ou outros cargos executivos em instituições e entidades de interesse da Defesa brasileira na área internacional;
- iv. estabelecimento e gerenciamento de memorandos de entendimento, arranjos técnicos, parcerias e outros tipos de instrumentos na área de Defesa. A fim de prover os necessários respaldo jurídico e coordenação, o estabelecimento - por parte das FS - de mecanismos formais com instituições congêneres de outros países deve ocorrer segundo a orientação da CAE/EMCFA/MD, que fará a coordenação com o MRE;
- v. atuação brasileira em organismos regionais e internacionais de interesse da Defesa, existindo ou não missão ou representação permanente do Brasil junto ao organismo;
- vi. participação em operações de paz e humanitárias;
- vii. participação brasileira em fóruns de alto nível para troca de informações, como as Reuniões de Diálogo Político-Estratégico, em parceria com o MRE, e outras;
- viii. participação brasileira em conferências e reuniões, bilaterais ou multilaterais;
- ix. **cursos, estágios, seminários e visitas, tanto de militares brasileiros no exterior quanto de autoridades e militares estrangeiros no Brasil;**
- x. estabelecimento e gerenciamento de Grupos de Trabalho Bilaterais de Defesa (GTBD) ou assemelhados;
- xi. desenvolvimento conjunto de PRODE;
- xii. exercícios e treinamentos em conjunto com tropas estrangeiras no Brasil e no exterior;
- xiii. intercâmbios militares diversos; e
- xiv. outros eventos e/ou ações que fortaleçam o relacionamento internacional de Defesa. (BRASIL, 2017, p. 17, grifo nosso)

De maneira resumida, o MD exemplifica e descreve como são realizadas as atividades internacionais do ministério, citando algumas de suas ações, onde o Brasil poderá participar com seus meios militares, isoladamente, ou juntamente com outros órgãos²:

As ações internacionais do Ministério da Defesa se dão por meio das atuações em missões de paz; de iniciativas em parceria com outros órgãos federais, no caso da política externa e Defesa; das **cooperações internacionais**; da participação em fóruns internacionais multilaterais; e de parcerias e acordos bilaterais. (BRASIL, 2022, grifo nosso)

2.1.1 Cooperação Militar Internacional

Da análise da geopolítica e das relações internacionais, pode-se verificar que existem interesses comuns entre nações e blocos regionais que podem ser pensados e trabalhados de forma conjunta. Na área militar e de defesa as relações cooperativas podem trazer diversas oportunidades. TEIXEIRA (2020, p. 21) retrata bem o ambiente global atual, e como a cooperação em defesa surge nesse ambiente:

A Geopolítica mundial tem sido pautada pela retomada de movimentos entre as grandes potências com a emergência de tensões e novos conflitos. Após um breve período marcado pela unipolaridade do poderio estadunidense do

² Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/relacoes-internacionais>. Acesso em: 22 jun. 2022.

ponto de vista militar, o presente momento se caracteriza pelo retorno da Rússia e o definitivo posicionamento da China entre as potências globais. Esses países têm se posicionado em divergência aos interesses dos EUA e Europa, mediante crescente aumento de suas atividades militares e defesa de seus interesses em regiões de tensão, como na Síria, Ucrânia e Venezuela. Esses fatos podem ser visualizados nas recentes discussões sobre o aumento dos gastos militares dos membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte, de modo a fazer frente ao rearmamento russo; na crise da Ucrânia, que colocou essa organização em forte oposição à Rússia; na Guerra na Síria, que envolve diferentes potências militares em apoio a lados opostos do conflito; na militarização de territórios do Mar da China, gerando crescentes preocupações aos vizinhos desse país apoiados pelos EUA; e, no aumento dos gastos militares mundiais, que reflete o aumento da tensão em diferentes pontos do globo. **Esse processo vem acompanhado da crescente importância de organizações voltadas para a cooperação em defesa.**

Essa tendência apresentada por TEIXEIRA (2020) também se observa nos estudos do MD, apresentados no documento “Cenário de Defesa 2020 - 2039”:

A cooperação promovida pelas Forças Armadas aumentará a confiança mútua e a busca de soluções conjuntas para problemas comuns. Por consequência, contribuirá para a melhoria das relações brasileiras com países vizinhos e de outros continentes, além de promover a integração sul-americana. Essa cooperação exercerá um papel dissuasório, não por alianças ou corridas armamentistas, mas pelo “desarmamento dos espíritos”, que privilegiará soluções pacíficas dos conflitos. **Por outro lado, em função do desequilíbrio das dimensões econômicas e militares brasileiras, quando comparadas aos países da região, é provável que haja aumento de demandas, principalmente africanas e sul-americanas, por maior cooperação militar,** o que, em função das restrições orçamentárias, poderia exigir cortes nos programas de formação e adestramento, reduzindo a capacidade de emprego operacional das Forças Armadas brasileiras. (BRASIL, 2017, p. 43, grifo nosso)

Devido ao fato de serem um instrumento do Estado para a consecução de seus objetivos utilizando-se de meios bélicos, os militares são sempre associados ao uso da força. Entretanto, segundo MUTHANNA (2011, p. 2) existem outras formas de utilizar as forças armadas nas relações internacionais de maneira pacífica, sendo a diplomacia militar uma dessas formas.

Segundo COTTEY e FOSTER (2004, p. 5), a diplomacia militar envolve o uso cooperativo das Forças Armadas em tempos de paz como um instrumento da política externa e de segurança. Esse uso cooperativo das forças ocorre principalmente através de cooperação e de outras atividades tais como: visitas, encontros, intercâmbios, negociações, participação em conferências internacionais, assinatura de tratados, e troca de documentos diplomáticos.

A Diretriz para as Atividades do Exército Brasileiro na Área Internacional (DAEBAI), aborda em seu conteúdo a diplomacia militar, inclusive tratando da sua contribuição para a segurança e o desenvolvimento:

A Diplomacia Militar, entendida como o rol de atividades desenvolvidas pelos militares em prol da Política Externa do País, visa a promover intercâmbios e cooperações, construindo relações de confiança mútua, com a finalidade de **colaborar com a capacitação do pessoal, a segurança, o desenvolvimento, a estabilidade regional** e a paz mundial. (BRASIL, 2020, p. 20, grifo nosso)

A citada DAEBAI (BRASIL, 2020, p. 23) também trata das atividades de cooperação internacional ao afirmar que estão relacionadas às ações coordenadas entre as nações, de maneira a possibilitar o estabelecimento de um ambiente de confiança mútua, enquadrando, nessa categoria, os **“convites e solicitações para o envio de instrutores e assessores militares a outros países”**. (grifo nosso)

Nesse mesmo sentido, a Portaria Nº 1.968, de 3 de dezembro de 2019, que aprova o Plano Estratégico do Exército (PEEx) 2020 - 2023, estabelece como um dos Objetivos Estratégicos do Exército (OEE) o seguinte: OEE 2 - Ampliar a Projeção do Exército no Cenário Internacional. Para atingir esse objetivo, o PEEx define uma de suas ações estratégicas: “Incrementar as medidas de **cooperação**, integração e confiança mútua com as Nações Amigas”. (BRASIL, 2019, p. 15, grifo nosso)

Da mesma forma, a Marinha do Brasil ressalta a cooperação internacional como esteio para a segurança e defesa. A Força Naval nomeia suas atividades de diplomacia militar como “Diplomacia Naval”, e o Plano Estratégico da Marinha (PEM), com horizonte temporal até 2040, assim descreve a importância das atividades de cooperação militar internacional:

A diplomacia naval robustece a autoridade estatal, representando um instrumento por excelência das relações internacionais, pois os navios têm liberdade de navegação e de presença nos diversos espaços marítimos e fluviais. Sendo comum a todas as marinhas que possuem alguma capacidade operacional, o potencial de se estender ao longo de um amplo espectro – desde o extremo da competição, na qual se encontram ações como a coerção, até o extremo da **cooperação – reforça a confiança mútua, pode mitigar futuros antagonismos**. (BRASIL, 2020, p. 38, grifo nosso)

O PEM 2040 vai ainda mais longe, prevendo como a cooperação internacional e outras ações no exterior, por meio da diplomacia militar, podem trazer benefícios ao País:

Assim, em variados formatos (**cooperação**, persuasão e coerção), mesmo com efeitos não claramente visíveis e por vezes manifestados em prazos dilatados, seus benefícios tendem a permanecer no longo prazo. **Importante**

ressaltar que a confiança reforçada pode facilitar futuras parcerias estratégicas ou cooperação econômica entre as indústrias de defesa ou de quaisquer outras áreas. (BRASIL, 2020, p. 38, grifo nosso)

Materializando toda essa importância da cooperação internacional, A Estratégia Nacional de Defesa (END) faz referência às ações de diplomacia militar em uma das Estratégias de Defesa (ED) do Brasil para o âmbito internacional:

ED-12 EMPREGO DE AÇÕES DIPLOMÁTICAS RELACIONADAS À DEFESA

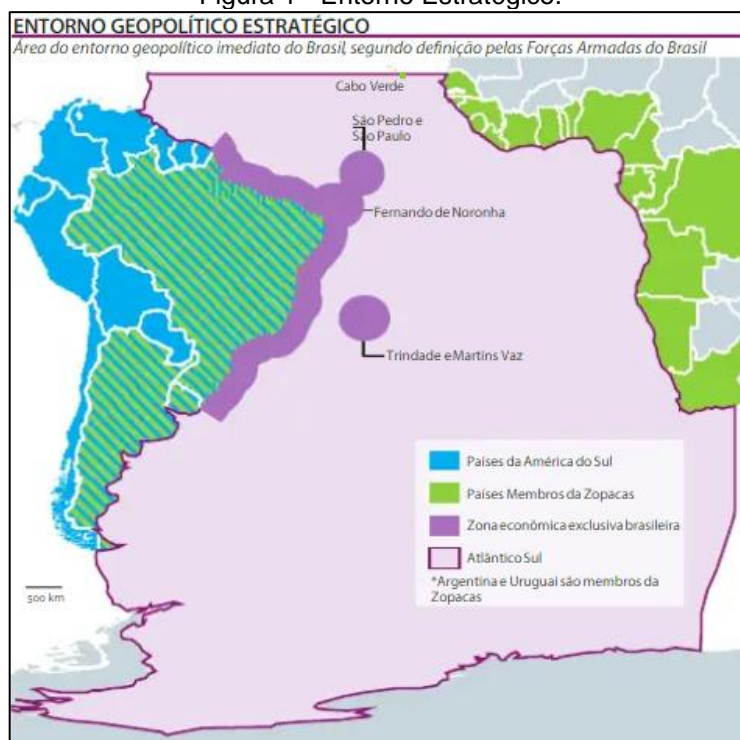
Refere-se às atividades mantidas entre o Setor de Defesa brasileiro e os congêneres estrangeiros, visando ao fortalecimento da confiança, ao estreitamento dos laços de amizade, ao conhecimento mútuo e ao desenvolvimento de um ambiente de camaradagem e **cooperação**. (BRASIL, 2020, p. 71, grifo nosso)

2.1.2 Integração no Entorno Estratégico

A Política Nacional de Defesa (2020) traz em seu corpo um glossário onde está inserida uma definição do Entorno Estratégico brasileiro como sendo a “área de interesse prioritário para o Brasil, que inclui a América do Sul, o Atlântico Sul, os países da costa ocidental africana e a Antártica” (Figura 1).

Nesse espaço geográfico o Ministério da Defesa concentra a prioridade de suas ações de cooperação e integração internacional, tal como descrito nas documentações que abordam o tema.

Figura 1 - Entorno Estratégico.



Fonte: Atlas da Política Brasileira de Defesa. (BRASIL, 2017, p. 52)

Da análise do Livro Branco de Defesa Nacional, verifica-se que o Brasil procura fortalecer seus vínculos de cooperação na América do Sul, pois é o ambiente continental onde está inserido. Observa-se, ainda, que o subcontinente sul-americano está distante dos principais focos de tensões mundiais, e livre de armamentos de destruição em massa. Porém, mesmo com tais características, a América do Sul não está isenta de possíveis instabilidades. Diante disso, o Brasil visualiza a integração sul-americana como essencial para a defesa:

A integração sul-americana permanece como objetivo estratégico das políticas externa e de defesa brasileiras, pois o País reconhece, no adensamento das relações políticas, sociais e econômicas entre os países sul-americanos, um elemento fundamental para o desenvolvimento socioeconômico e para a preservação da paz na região. (BRASIL, 2020, p. 16, grifo nosso)

A relevância da América do Sul no Entorno Estratégico fica evidente na DIRDAI do MD ao orientar suas atividades internacionais:

c) Áreas geográficas e os interesses no âmbito da Defesa
Conforme as orientações da PND e da END, deve-se observar os seguintes critérios para o relacionamento internacional de Defesa:
i. **a América do Sul, contorno geopolítico imediato do Brasil, constitui-se em ambiente prioritário para as relações internacionais no âmbito da Defesa. O subcontinente é um componente central do projeto de desenvolvimento da Nação brasileira, onde a integração sul-americana aparece como um fator essencial de estabilidade e prosperidade para a região;** (BRASIL, 2017, p. 17, grifo nosso)

A importância do Brasil no continente é afirmada por TEIXEIRA (2020, p. 50) ao apontar que diferenças na capacidade militar tornam a cooperação útil para atenuar custos elevados que envolvem as principais pautas de defesa, especialmente para os países que não fazem parte da elite militar do mundo, como é o caso dos países sul-americanos.

Tal assertiva também está retratada nos cenários visualizados pelo MD (2017, p. 31) ao prever que os níveis de cooperação entre as forças armadas da América do Sul “favorecerão a solução diplomática para todos os contenciosos ainda latentes que, em se atenuando ou extinguindo, aumentarão a capacidade de defesa conjunta dos interesses regionais”.

2.1.3 Capacitação de Militares Estrangeiros

MUTHANNA (2011, p. 1-2) define as atividades de cooperação em defesa como sendo “atividades abrangidas por trocas de **treinamento** e exercícios combinados;

fornecimento, desenvolvimento, produção e comercialização de equipamentos de defesa e outras formas de cooperação”. (grifo nosso)

O Brasil possui um longo histórico na capacitação de militares estrangeiros. No entorno estratégico brasileiro funciona uma exitosa experiência de cooperação a um país amigo, o Paraguai. O intercâmbio com este país evoluiu ao longo dos anos, passando por várias etapas, cabendo salientar que, em 1934, foi instalada a primeira aditância do EB, que precedeu a instalação da primeira Missão Militar de Ensino no Paraguai, em 1942.

Conforme análise do MD, por meio do sumário executivo “Cenários de Defesa 2020 - 2039”, no que se refere aos contingentes militares existentes na América do Sul, essa tradição brasileira de cooperar com a capacitação de pessoal tende a ser mantida:

Restrições orçamentárias, melhorias tecnológicas e maior cooperação, com a conseqüente possibilidade de diminuição de conflitos armados, provavelmente limitarão a expansão de efetivos das Forças Armadas sul-americanas. Como decorrência, poderá ser necessária a adaptação dos modelos de **capacitação dos recursos humanos** das forças armadas sul-americanas para essa nova realidade. Isso propiciará maior confiança e incentivará a cooperação em todas as atividades por elas exercidas. (BRASIL, 2017, p. 31, grifo nosso)

A Agência Brasileira de Cooperação (ABC), do Ministério das Relações Exteriores (MRE), tem a possibilidade de financiar as ações de cooperação coordenadas pelo MD para capacitar pessoal por meio de projetos de capacitação técnica. O Decreto Nº 11.024, de 31 de março de 2022, que aprova a estrutura regimental do MRE, reafirmou essa atribuição da ABC:

Art. 41. À Agência Brasileira de Cooperação compete planejar, coordenar, negociar, aprovar, executar, acompanhar e avaliar, no âmbito nacional, programas, projetos e atividades de cooperação humanitária e técnica para o desenvolvimento em todas as áreas do conhecimento, do País para o exterior e do exterior para o País, sob os formatos bilateral, trilateral ou multilateral. (BRASIL, 2022)

A ABC tem apoiado a oferta de vagas para militares de diversos países latino-americanos e africanos, em variados cursos no âmbito da defesa. O objetivo principal é fortalecer as relações bilaterais, por meio da cooperação técnica e do intercâmbio de experiências com países prioritários para o Governo brasileiro.

Esses cursos são destinados a oficiais e praças das forças singulares. A realização desses cursos, com o intuito de transmitir a militares estrangeiros conhecimentos específicos da experiência militar brasileira, contribui para estreitar ainda mais os

laços de amizade entre o Brasil e essas nações, as quais são importantes aliadas para a manutenção da estabilidade no entorno estratégico brasileiro.

Com o objetivo de formalizar e aperfeiçoar a parceria entre a ABC e o MD, foi celebrado o Acordo de Cooperação Técnica na Área da Defesa, em 4 de maio de 2010. O instrumento permitiu expandir a atuação do Ministério da Defesa e aprimorar a capacidade de coordenação da ABC, no que tange à análise, aprovação e execução de iniciativas na área da defesa, estabelecendo, sobretudo, as responsabilidades de cada parte e os parâmetros para a oferta dos cursos aos militares estrangeiros.

No que diz respeito à capacitação de pessoal, os militares de outros países têm a possibilidade de realizar cursos no Brasil, ou instrutores brasileiros podem ser enviados ao exterior para ministrar treinamentos. Nesse diapasão, destaca-se a grande quantidade de projetos financiados pela ABC na área de defesa (Tabela 1).

Tabela 1 - Projetos de cooperação financiados pela ABC na área de defesa (2007-2022).

País	Projetos em execução	Projetos concluídos	TOTAL
Angola	0	6	6
Argentina	0	11	11
Benin	1	1	2
Bolívia	2	15	17
Brasil	0	31	31
Cabo Verde	2	8	10
Camarões	2	1	3
Chile	0	1	1
Colômbia	1	2	3
El Salvador	3	6	9
Guatemala	0	17	17
Guiana	0	34	34
Guiné-Bissau	1	4	5
Haiti	0	2	2
Honduras	4	1	5
Moçambique	2	11	13
Namíbia	2	2	4
Nicarágua	0	3	3
Nigéria	0	2	2
Panamá	1	1	2
Paraguai	0	66	66
Peru	2	17	19
Quênia	0	1	1
República Dominicana	2	2	4
São Tomé e Príncipe	1	10	11
Senegal	2	9	11
Suriname	2	51	53
Timor Leste	1	3	4
Togo	1	1	2
Uruguai	0	26	26
TOTAL	32	345	377

Fonte: Ministério das Relações Exteriores³. (BRASIL, 2022)

³ Disponível em: <http://www.abc.gov.br/Projetos/pesquisa>. Acesso em: 20 jul. 2022.

Analisando a Tabela 1, observa-se que o Suriname é um dos países que mais recebeu incentivos da ABC. Somente o Paraguai, onde o Brasil possui uma missão permanente de cooperação, está na frente do Suriname em número de projetos financiados pela ABC. Verifica-se, ainda, que a maior parte dos projetos executados estão destinados a países localizados no entorno estratégico de interesse prioritário para o Brasil, mais especificamente na América do Sul e na África.

Verifica-se, ainda, que no ambiente sul-americano há grande possibilidade de cooperação militar entre os países do continente, confirmando o que descreve PINTO (2017, p. 55):

Fatores dos mais diversos acabaram configurando o subcontinente Sul-Americano como um dos mais estáveis em termos de defesa, criando um ambiente praticamente livre de anacronismo e divergências que impossibilitem a cooperação e integração no âmbito da segurança e defesa regional.

2.2 CONCLUSÃO PARCIAL

As relações internacionais na área de defesa apontam para um ambiente cada vez mais intenso de integração. Da análise de documentos oficiais que tratam sobre o tema, e de estudos relacionados ao assunto, fica evidente a relevância da cooperação militar para o Brasil em seu entorno estratégico.

Além disso, o aumento da cooperação regional é interpretada pelo MD (2017, p. 50) como um cenário de oportunidade que **“incrementará a confiança mútua e promoverá projetos conjuntos de defesa visando, dentre outros, ao desenvolvimento de estratégias comuns, de capacidades tecnológicas e industriais, de monitoramento territorial e ambiental, bem como de combate ao crime organizado transnacional”**. (grifo nosso)

Portanto, percebe-se que o País vem dando atenção especial aos espaços geoestratégicos considerados prioritários por razões não só geográficas, mas também militares. Tais prioridades vão ao encontro dos OND, traçados pela PND (2020), constantes dos seguintes incisos:

II - a defesa dos interesses nacionais e das pessoas, dos bens e dos recursos brasileiros no exterior;

IV - a promoção da estabilidade regional;

V - a contribuição para a manutenção da paz e da segurança internacionais; e

VI - a projeção do Brasil no concerto das nações e sua maior inserção em processos decisórios internacionais.

Constata-se, dessa forma, a importância do Brasil em ações de cooperação internacional com países menos desenvolvidos. Por meio do apoio da ABC, as Forças Armadas brasileiras vem atuando fortemente para viabilizar projetos que favoreçam as nações amigas.

3 SURINAME

Situado ao norte da América do Sul, o Suriname é banhado pelo Oceano Atlântico ao norte, faz fronteira com o Brasil ao sul, com a Guiana Francesa a leste e com a Guiana a oeste. Com território de 163.820 km² é um importante vizinho do Brasil na região amazônica, sendo uma plataforma de acesso ao mar do Caribe.

Primeiramente explorado pelos espanhóis no século XVI e depois pelos ingleses em meados do século XVII, o Suriname tornou-se colônia holandesa em 1667. Com a abolição da escravidão africana em 1863, trabalhadores foram trazidos da Índia, da China e de Java na Indonésia. Tais fatos acarretaram a diversidade étnica que é atualmente uma das características mais marcantes da sociedade surinamesa, e que foi construída ao longo da história do país.

Em 25 de novembro de 1975 o Suriname conquistou sua independência em relação à Holanda. Desde então busca construir uma identidade própria em todos os seus campos do poder.

O Suriname está dividido em 10 (dez) distritos. A população surinamesa é de aproximadamente 600.000 (seiscentos mil) habitantes e cerca de metade encontra-se na capital, Paramaribo. É um dos países com maior cobertura florestal do mundo em proporção ao seu tamanho, com 93% do território coberto por vegetação nativa. O país é rico em recursos minerais que são os principais produtos de sua pauta exportadora, especialmente o ouro, a alumina (derivada da bauxita) e o petróleo.

Figura 2 - Mapa do Suriname.



Fonte: CARNEIRO, SOARES e LICHTENTALER (2020, p. 308).

3.1 RELAÇÕES BILATERAIS BRASIL-SURINAME

Os vínculos entre Suriname e Brasil se fortaleceram logo após a independência daquele país em 1975. Desde então, o Brasil tem buscado manter laços de relacionamento mais aproximado com o país vizinho.

De 1975 a 1980 o Suriname foi comandado pelo Primeiro Ministro Henck Alfonsus Eugene Arron. Naquele tempo, o novo país tinha como foco de sua política externa uma maior integração regional e também buscava aumentar sua autonomia em relação à Holanda, que foi sua metrópole. Conforme descreve LIMA (2017, p. 172), o Primeiro Ministro Henck Arron esteve no Brasil em 1976, marcando assim a primeira vista oficial de um chefe de governo surinamês em território brasileiro desde que aquele país conquistou sua independência.

O ambiente político do Suriname, historicamente, possui uma forte característica de instabilidade. Tentativas de golpes, tomadas de poder e uma guerra civil, criaram um cenário de incerteza política e debilidade econômica no país. Entre os principais atores nesse cenário de transição da independência para a democracia, os militares foram bastante atuantes. Destaca-se a figura do ex-presidente Desiré Delano Bouterse, como sendo o principal líder militar da história do país.

Em 1980 o então Sargento-major Desiré Delano Bouterse acompanhado de outros 15 (quinze) sargentos lideraram um golpe contra Henck Arron. Acusações de corrupção envolvendo autoridades públicas, questionamentos sobre as eleições de 1977, e a insatisfação que existia por parte dos militares quanto à situação econômica do país, foram apontadas como as principais causas da tomada de poder. Esse evento ficou conhecido como o “Golpe dos Sargentos”.

Em 1983, uma visita diplomática brasileira ao Suriname, dá início a uma nova fase na relação entre os dois países. Naquela época o mundo vivia o período da Guerra Fria, entre os Estados Unidos da América (EUA) e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), sendo que o novo governo do Suriname liderado por Bouterse demonstrou certa aproximação com o regime cubano simpático à URSS. Essa situação preocupou os EUA e também o Brasil, que por sua vez decidiu enviar uma comitiva diplomática ao Suriname, liderada pelo General Danilo Venturini, que ficou conhecida como “Missão Venturini”.

Segundo ÁVILA (2011, p. 7), a missão tinha como principal objetivo intensificar as relações bilaterais oferecendo assistência política, **militar** e econômica ao Suriname (grifo nosso). Havia uma certa preocupação por parte dos governos brasileiros e norte-

americanos de que o Suriname pudesse se tornar um fator de instabilidade na América do Sul, tal como Cuba se tornou na região do Caribe.

De acordo com ÁVILA (2011, p. 17) o Brasil ofereceu um pacote de programas de interesse do Suriname, inclusive na área de defesa:

A documentação resgatada no Arquivo Nacional sugere que, em princípio, as autoridades de Paramaribo concordaram com a proposta brasileira – ainda que o afastamento do campo socialista não poderia ser imediato ou automático. Em contrapartida, solicitou-se do Brasil, dentre outros itens, a abertura de linhas de crédito para **aquisição de material de emprego militar de fabricação brasileira**; o incremento das importações de arroz e alumina procedentes do Suriname; o apoio técnico-científico nas áreas de pesquisa mineral, infraestrutura, geração de energia e promoção comercial; e a concessão de bolsas de estudo. (grifo nosso)

Conforme relatado por CORREA e GUERRA (2018, p. 82), durante o governo do Presidente José Sarney no Brasil, entre 1985 e 1990, foram fortalecidas as relações com o Suriname. Nesse período foram assinados tratados de cooperação técnica relacionados à agricultura, apicultura, saúde, formação profissional, energia, telecomunicações, cooperação comercial e no combate ao narcotráfico. Destaca-se a capacitação de pessoal como uma relevante cooperação técnica realizada naqueles anos. Nesse contexto, cabe salientar a formação de diplomatas do Suriname no Instituto Rio Branco do MRE, e a formação de oficiais do exército surinamês nos institutos de ensino das Forças Armadas brasileiras.

Ainda segundo CORREA e GUERRA (2018, p. 83), no período do governo de Fernando Henrique Cardoso, ocorreu uma maior atuação internacional do Brasil, principalmente através da abertura comercial e dos fluxos do comércio internacional. Naquela época o Presidente do Suriname era Ronald Venetiann, o qual esteve no Brasil em janeiro de 1996, oportunidade em que houve discussões bilaterais acerca do desenvolvimento sustentável da região amazônica, integração regional, econômica e o **intercâmbio militar** entre os dois países. (grifo nosso)

O período do governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, de 2003 a 2010, foi marcado por uma agenda que visou fortalecer a integração da América do Sul. Sob a gestão do Presidente Lula, o primeiro contato entre Brasil e Suriname ocorreu em 21 de dezembro de 2004, quando o Ministro das Relações Exteriores brasileiro, Celso Amorim, fez uma visita oficial àquele país. A missão teve como objetivo preparar a visita do Presidente Lula que ocorreria no ano de 2005 durante a XVI Reunião de Cúpula da Comunidade do Caribe (CARICOM).

Em abril de 2008 foi assinado o Acordo de Cooperação em Matéria de Defesa entre os dois países. O tratado teve como objetivos principais: a promoção de cooperação na área de defesa com ênfase nas áreas de pesquisa e desenvolvimento; apoio logístico e aquisição de produtos e serviços de defesa; promover ações conjuntas de treinamento e instrução militar e exercícios correspondentes ao intercâmbio de informações. O tratado garantiu principalmente a integração de instrutores e estudantes de instituições militares de ambos os países. Verifica-se assim que, após este acordo, os cursos ofertados no Brasil tornaram-se mais efetivos, tal como descrito por CORREA e GUERRA (2018, p. 88):

A partir desse acordo nota-se um significativo fortalecimento nas relações militares entre Brasil e Suriname se comparado aos demais tratados. Desde 2008 até 2014, segundo dados da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), o número de projetos ligados a treinamento militar corresponde a 70% do total. [...] Os cursos ofertados pelo Brasil, por sua vez, em sua maioria envolvem temas como: preparação para missão de paz, montanhismo para sargentos, aperfeiçoamento de sargentos, aperfeiçoamento de oficiais de carreira de arma de infantaria, operações em selva, formação de oficiais em academias brasileiras como a Academia Militar das Agulhas Negras.

Durante os governos da Presidente Dilma Rousseff e Michel Temer entre 2011 e 2018, Brasil e Suriname mantiveram suas relações bilaterais em bom termo. Ao longo desses anos ocorreram visitas de autoridades de ambos os países, bem como foram assinados acordos de cooperação em assuntos de interesse⁴.

No dia 20 de janeiro de 2022, o Presidente Jair Bolsonaro realizou uma visita oficial ao Suriname. A viagem do representante brasileiro teve como foco a questão energética e a cooperação em negócios, infraestrutura e petróleo. O Suriname descobriu grandes reservas de petróleo e gás natural em sua região marítima, e o Brasil iniciou tratativas para fortalecer as relações bilaterais nessa área.

3.2 AS FRONTEIRAS DO SURINAME

Assim como os demais países amazônicos, o Suriname possui diversos problemas em suas fronteiras. Por ser pouco povoado, e com deficiência de recursos, o país é vulnerável a diversas ameaças tais como: o tráfico de drogas, a mineração ilegal, lavagem de dinheiro, o tráfico de armas, litígios fronteiriços, dentre outras.

⁴ Mensagem ao Senado Federal, enviada pelo MRE, por meio do Encaminhamento Ministerial EM nº 00079/2020 MRE, de 05 de junho de 2020. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/142957>. Acesso em: 12 set. 2022.

Como exemplo dessas ameaças, o relatório anual da agência antidrogas dos EUA, o Drug Enforcement Administration (DEA), cita a situação do Suriname:

A região costeira escassamente povoada e a selva pouco habitada no interior do Suriname, juntamente com uma fraca infraestrutura de controle das fronteiras, fazem com que se torne difícil a detecção e o combate ao tráfico de drogas no país. (EUA, 2018, p. 262, tradução nossa)

No que se refere à mineração ilegal, LIMA (2017, p. 70) descreve que, historicamente, projetos de mineração no Escudo das Guianas esbarraram nas dificuldades existentes devido às condições de segurança. Cabe destacar o grande fluxo de brasileiros (muitos ligados ao garimpo), a mineração irregular e os problemas decorrentes (armas, drogas, prostituição), a falta de conexão rodoviária na fronteira, os litígios fronteiriços e a influência de potências externas.

HOYLE (2001, p. 101) discorre sobre os contenciosos do Suriname com países vizinhos em suas fronteiras terrestres (Figura 3). A sudoeste, no triângulo balizado pelos Rios Corentyne, Kuruni e Kutari, existe a região conhecida como área do “TIGRI”, que é reclamada pelo Suriname e pela Guiana. A sudeste, na fronteira com a Guiana Francesa, o Suriname advoga que a linha que divide os países deva ser demarcada no Rio Marowijne e a França pretende que seja no Rio Litani.

Figura 3 - Questões de fronteira do Suriname.



Fonte: HOYLE (2001, p. 100).

As fronteiras do Suriname são quase totalmente desabitadas. Na porção Leste com a Guiana a maior cidade é Niew Nickerie, com aproximadamente 15.000 (quinze mil) habitantes. Na fronteira Oeste, a maior cidade é Albina, onde vivem cerca de 10.000 (dez mil) moradores. Segundo OLIVEIRA (2013, p. 46) o controle das fronteiras e das atividades desenvolvidas no interior do país é ineficiente, especialmente por causa da

falta de meios de pessoal e material adequado, contribuindo assim para a ocorrência de altos índices de contrabando e atividades ilícitas. Com isso, o interior do território surinamês encontra-se repleto de garimpos de ouro, fazendo com que outras atividades ilegais se façam presentes, tais como a prostituição, roubos, tráfico de armas, de pessoas e de drogas.

A Guiana Francesa tenta manter um determinado nível de controle ao longo do Rio Marowijne. As forças de segurança francesas existentes na região realizam operações frequentes e possuem meios que possibilitam aumentar a sua presença na área por meio da Operação HARPIE. Essa operação ocorre permanentemente e visa combater, essencialmente, a extração ilegal de ouro realizada, principalmente, por garimpeiros brasileiros e surinameses, tal como descrito por ANDRADE (2020, p. 54):

A Operação Harpie, por sua vez, teve início em 2008 e trata da luta contra o garimpo ilegal (LCOI, na sigla em francês), realizada no departamento alésmar da Guiana Francesa. Essa operação se resume no emprego permanente das Forças Armadas da Guiana Francesa (FAG) em combate à atividade de garimpo ilegal na floresta equatorial da Guiana Francesa.

Na fronteira Sul, próxima ao Brasil, existe um enorme vazio demográfico. Naquela porção amazônica, vivem basicamente indígenas que transitam entre os dois países e se dedicam a atividades de subsistência. Do lado brasileiro estão demarcadas extensas terras indígenas que são motivo de preocupação dos militares brasileiros pois, segundo eles, naquela região, existem interesses internacionais sendo fomentados por Organizações Não-Governamentais (ONG), conforme relata PILETTI (2008, p. 139):

Quanto aos problemas relacionados ao meio-ambiente, os militares acreditam que o interesse das grandes potências pela exploração futura das riquezas amazônicas faz com que elas pressionem os países da região no sentido de bloquear o desenvolvimento da Amazônia, buscando o “congelamento” de grandes áreas a fim de garantir a preservação das riquezas para uma exploração futura e sob seu controle. A campanha em favor dos interesses externos seria articulada pelo “movimento ambientalista internacional”, formado por uma extensa rede de ONGs financiadas por grandes corporações e governos das grandes potências.

3.3 A INTEGRAÇÃO AMAZÔNICA ENTRE BRASIL E SURINAME

Conforme descrito por CARNEIRO, SOARES e LICHTENTALER (2020, p. 311), a região de fronteira entre o Brasil e o Suriname é marcada pela ausência de cidades, rodovias ou vias de acesso, e a correção de tal isolamento chegou a ser visualizada pelo então deputado Siqueira Campos, em 1974, por meio da divisão territorial da Amazônia Legal. Neste projeto estava prevista, uma proposta que nunca foi levada

adiante, de criação do Território Federal do Trombetas, com capital em Monte Alegre, às margens do Rio Amazonas.

A professora Therezinha de Castro, da Escola Superior de Guerra (ESG), em seu artigo “Amazônia - Geopolítica do Confronto e Geostratégia da Integração” descreveu a importância da integração e desenvolvimento da Amazônia:

Conquistada mas não colonizada, a geoestratégia da **Amazônia** consiste no fato de que é a metade do território brasileiro, legalmente delimitado, que **não pode mais sobreviver divorciado da comunhão nacional**, condenada como área marginalizada. (DE CASTRO, 1992, p. 72, grifo nosso)

Corroborando tal pensamento, no que se refere à soberania brasileira sobre a região amazônica, o General Meira Mattos em sua obra “Uma Geopolítica Pan-Amazônica”, de 1980, defende que em regiões isoladas tal como é a Amazônia brasileira, cabe ao Estado assumir a iniciativa e se posicionar à frente de projetos político-administrativos que necessariamente precedem a ocupação econômica e social, imprescindível para assegurar a soberania brasileira e dos demais países amazônicos sobre a região.

No mesmo sentido, a Estratégia Nacional de Defesa, de 2020, cita a ação do Estado na Amazônia como sendo vital para a segurança e soberania:

A exploração e o desenvolvimento socioeconômico da Amazônia, de forma sustentável, continuarão a ser vitais para a integração nacional, exigindo o incremento das capacidades de prover segurança e soberania, **intensificando a presença militar e a efetiva ação do Estado**, evitando que entidades exógenas influenciem as comunidades locais. Para a ampliação dessa segurança, é imprescindível o fortalecimento da cooperação e da integração com os demais países amazônicos. (BRASIL, 2020, p. 33, grifo nosso)

No que diz respeito à integração da Amazônia Oriental com o centro do Brasil e com os demais países vizinhos, dentre eles o Suriname, é possível perceber que ainda existem vastas possibilidades de incremento nessas ligações. O General Maynard Marques Santa Rosa, em 2013, escreveu um artigo com o título de “Uma Estratégia Nacional para a Amazônia Legal”. Nesse texto ele tece considerações sobre a presença do Estado na Região Amazônica por meio de obras de infraestrutura⁵:

E, objetivando contribuir para a integração física dos centros estratégicos regionais, recomenda-se a execução dos seguintes projetos:

- restauração e pavimentação da rodovia BR-319 (Manaus-Porto Velho);
- **pavimentação da rodovia BR-163**, para efetivar a ligação alternativa entre o Centro-Oeste (Cuiabá) e o Médio Amazonas (Santarém);

⁵ Disponível em: <https://www.defesanet.com.br/toa/noticia/11814/Uma-Estrategia-Nacional-para-Amazonia-Legal/>. Acesso em: 20 ago. 2022.

- pavimentação da rodovia Transamazônica, no trecho entre Altamira/PA a Humaitá/AM.
- **construção de um complexo rodoferroviário e de transmissão de energia e dados sobre o rio Amazonas, na região de Óbidos/PA**, para integração da Calha Norte e do polo de Oriximiná/PA à região de Santarém (ROSA, 2013, grifo nosso).

Já no ano de 2019, o mesmo General Santa Rosa, como Secretário de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, foi um dos idealizadores do Programa Barão do Rio Branco, propondo algumas possibilidades de discussão acerca de obras na Amazônia que potencializariam a ligação do Brasil com o Suriname, conforme consta no sítio eletrônico do Governo Brasileiro⁶:

- **Construção de uma ponte sobre o Rio Amazonas:** a proposta inicial prevê seu traçado pela cidade de Óbidos. Esta ponte possibilitará livre mobilidade de cerca de 800 mil habitantes que moram nas cidades de Almerim, Alenquer, Belterra, Curuá, Faro, Juruti, Monte Alegre, Porto de Moz, Placa, Prainha, Óbidos, Oriximiná, Santarém e Terra Santa, que hoje dependem do transporte hidroviário, muitas vezes indisponível devido às condições climáticas. A ponte também possibilitará a integração dos modais hidro-rodoferroviário com impacto direto na redução do valor frete hidroviário do transporte de grãos na região, uma vez que o porto da cidade de Óbidos possui um calado de 14m capaz de permitir a atracação de embarcações de 30 mil toneladas durante o pico de vazante.
- **Extensão da BR-163:** permitirá a integração, por terra, do estado do Amapá, por meio da interligação entre a BR e a Perimetral Norte (BR-210). A interligação entre as duas rodovias e a construção da ponte sobre o rio Amazonas beneficiarão cerca de 2 milhões de habitantes, contabilizadas a população do Amapá (751 mil habitantes) e a população de Roraima (497 mil habitantes).
- **Construção de uma hidrelétrica na Calha Norte, na região de Trombetas:** estima-se a geração de cerca de 3mil MW de potência, possibilitando segurança energética pela estabilidade de carga em razão da variação anual do regime de águas na região. A hidrelétrica viabilizará, ainda, a industrialização do minério de alumina-alumínio, abundante nos municípios da Calha Norte, principalmente em Oriximá e Óbidos, além da redução dos gastos públicos com o abastecimento de óleo combustível das termoeletricas, com impacto direto na redução de emissão de gás carbônico (BRASIL, 2019, grifo nosso).

3.4 A TEMÁTICA DO GARIMPO DE OURO

A atividade de garimpo de ouro no Suriname fez com que surgisse um forte movimento migratório do Brasil para o país vizinho. Conforme dados do Governo do Suriname, a comunidade brasileira já é uma das maiores naquele país. A embaixada do Brasil no Suriname estima que de 15.0000 (quinze mil) a 30.000 (trinta mil) brasileiros estejam circulando em território surinamês. A regularização migratória dos brasileiros (muitos dos quais atuam como garimpeiros) vem sendo objeto de contatos

⁶ “O que é o Programa Barão do Rio Branco?”. Disponível em: <https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/noticias/2019/setembro/o-que-e-o-programa-barao-do-rio-branco>. Acesso em: 23 mar. 2022.

políticos de alto nível entre os dois países, por meio do Grupo de Trabalho sobre Assuntos Migratórios e Consulares, instituído em 2011. Tal situação foi relatada pelo Embaixador do Brasil no Suriname em seu relatório de gestão⁷:

A situação da comunidade brasileira no Suriname, estimada em cerca de 15 a 30 mil nacionais (cerca de 5 mil em Paramaribo, com pequenos negócios, diversos casados com surinameses), a maioria de garimpeiros ou de profissionais ligados aos serviços de apoio ao garimpo, foi igualmente um dos temas prioritários tratados durante a visita do então MRE a Paramaribo. Nesse sentido, foram elogiados pelo governo brasileiro os esforços empreendidos naquela ocasião pelas autoridades do Suriname no sentido de buscar fórmulas para a regularização migratória da comunidade brasileira, a grande maioria em situação irregular.

A grande parte dos imigrantes brasileiros que vivem no Suriname chegaram no país visando obter uma melhor qualidade de vida. Entretanto, as difíceis condições de trabalho em áreas de garimpo e a falta de um trabalho formal e de uma renda fixa, tornou este contingente bastante vulnerável no que diz respeito a suporte de saúde e direitos civis. Essas pessoas são oriundas de áreas rurais do norte do Brasil, e que, em sua maioria, possuem pouca escolaridade.

Cabe salientar que, segundo OLIVEIRA (2013, p. 266), muitos brasileiros que vão ao Suriname para trabalhar nos garimpos, já chegam endividados. Os migrantes são agenciados e recrutados por pessoas que arcam com os custos da viagem e da estadia, gerando assim, logo de início, uma relação de dependência entre os trabalhadores e seus empregadores.

Conforme relatado por CARNEIRO, SOARES e LICHTENTALER (2020, p. 311) cabe ressaltar que, em virtude do garimpo empregar um grande contingente de homens, às mulheres se destinam as tarefas de serviços domésticos, como lavar, limpar e cozinhar, além do trabalho no circuito da prostituição. Muitas mulheres são levadas às regiões de garimpo seduzidas por promessas de bons empregos, porém terminam por sofrer ameaças e violência, sendo envolvidas em uma realidade na qual ficam ainda mais vulneráveis. As mulheres brasileiras residentes no Suriname que são vítimas do tráfico internacional de pessoas são aliciadas, sobretudo, no Pará e no Maranhão com promessas falsas de trabalho e quando chegam ao país são inseridas à força no circuito da prostituição.

Com base em OLIVEIRA (2013, p. 286), é possível identificar que os garimpeiros brasileiros estão situados basicamente nos distritos de Brokopondo e Sipaliwini. Essa

⁷ Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=8861365&ts=1594257533778&disposition=inline>. Acesso em: 10 set. 2022.

região coincide com o chamado *greenstone belt* (Figura 4), que é uma extensa área constituída por rochas vulcânicas cuja metalogenia é vocacionada para a existência de ouro.

Figura 4 - Região de garimpo no Suriname (*greenstone belt*).



Fonte: OLIVEIRA (2013, p. 287).

Dessa forma, fica claro o motivo da grande movimentação e concentração de brasileiros nas proximidades das fronteiras entre o Brasil, Suriname e Guiana Francesa, conforme aborda OLIVEIRA (2013, p. 193):

Já na fronteira Brasil-França, alguns garimpeiros partem de catraia desde Oiapoque, tentando não serem presos pela Gendarmerie, para chegarem às novas frentes de garimpagem na Guiana Francesa e no Suriname. [...] um pequeno trecho da fronteira entre Brasil, Suriname e Guiana Francesa, nos últimos anos da década de 1980 surgiram os primeiros indícios de garimpeiros que atravessavam os limites nacionais a fim de alcançar e explorar novas frentes de garimpagem no rio Maroni (Marowijne).

Além dos brasileiros que atuam diretamente nas áreas de garimpo, há um outro grande efetivo que trabalha, na capital Paramaribo, em atividades que dão apoio ao garimpo. De acordo com OLIVEIRA (2013, p. 47), em Paramaribo se concentram os negócios relacionados à compra e venda do ouro e existem diversas atividades

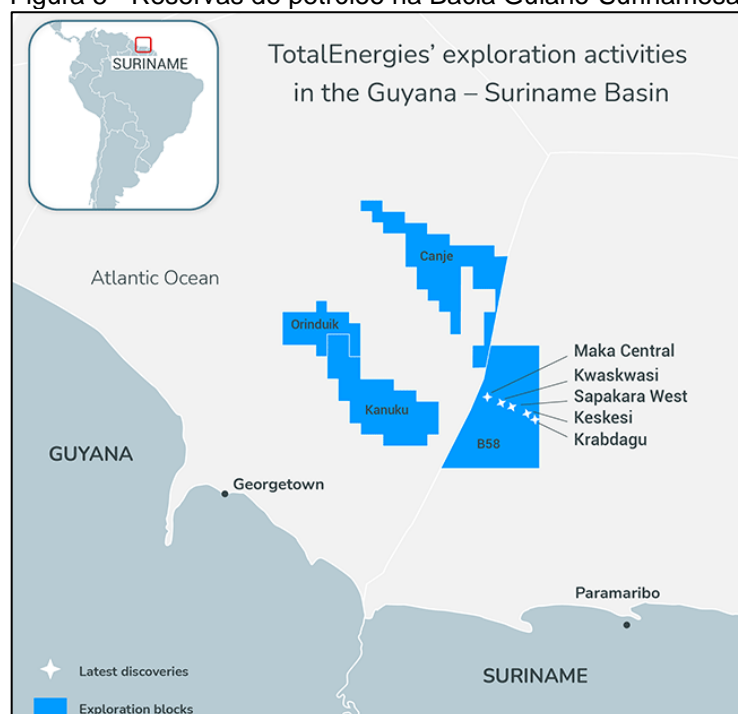
comerciais que visam atender aos garimpeiros e suas famílias na cidade, com o funcionamento de bares, restaurantes, hotéis, lojas de equipamentos de mineração, entre outros.

3.5 A TEMÁTICA DA EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO

A produção de petróleo é uma das principais fontes de recursos financeiros para o Suriname. Conforme descrito por BASTOS e SILVA (2022, p. 144), o país criou sua empresa estatal de petróleo em 1980, a fim de desenvolver a exploração petrolífera em seu mar territorial e reduzir a sua vulnerabilidade econômica que era baseada, essencialmente, da extração de ouro e bauxita.

A costa surinamesa está disposta ao longo da Bacia das Guianas e, assim como na Venezuela e na Guiana, possui um grande potencial econômico em suas reservas de petróleo. De acordo com SILVA (2018, p. 213), em junho de 2000, um estudo realizado pelo Serviço Geológico dos Estados Unidos da América (USGS) estimou que os recursos existentes ao longo do estuário do Rio Corentyne, na fronteira entre Guiana e Suriname (Figura 5), seriam de 15,2 bilhões de barris de petróleo, tornando esta região a segunda zona de petróleo do mundo em potencial para exploração.

Figura 5 - Reservas de petróleo na Bacia Guiano-Surinamesa.



Fonte: Total Energies (2022)⁸.

⁸ Disponível em: <https://totalenergies.com/media/news/press-releases/suriname-totalenergies-announces-another-significant-discovery-block-58>. Acesso em 20 set. 2022.

Suriname e Guiana possuem um contencioso marítimo que afeta a definição das áreas de exploração de petróleo no mar. Segundo HOYLE (2001, p. 102) essa disputa vem desde as disputas coloniais entre ingleses e holandeses, mas tomou força a partir de 1936 devido a descoberta de petróleo na região. Como exemplo dessa questão, conforme relatado por SOUSA (2022, p. 95), no ano de 2000, embarcações da Marinha do Suriname, considerando estar em águas surinamesas, expulsaram navios de empresas a serviço da Guiana que estavam realizando pesquisas no mar voltadas para a atividade petrolífera.

Em janeiro de 2022, o Presidente do Brasil, Jair Messias Bolsonaro esteve em visita oficial à capital do Suriname. A última visita de um mandatário brasileiro em Paramaribo havia sido no ano de 2013. Conforme divulgado pelo Palácio do Planalto, a ida do Presidente Bolsonaro ao Suriname, teve como objetivos principais, oferecer cooperação nas áreas de comércio, investimentos, energia, infraestrutura, segurança, defesa, cooperação técnica e questões da pauta regional. A viagem presidencial ocorreu no contexto do fortalecimento das relações bilaterais, em um cenário de retomada do diálogo estratégico entre os governos e de perspectivas de maior desenvolvimento econômico e social no Suriname, impulsionado pelas descobertas recentes de petróleo e gás, na costa daquele país⁹.

3.6 CONCLUSÃO PARCIAL

Observa-se que o Suriname é um pequeno país com independência recente e que enfrenta problemas diversos. As suas regiões de fronteira, por serem de difícil acesso, apresentam-se como um enorme desafio para a segurança, defesa e desenvolvimento.

O Suriname possui sólidas relações com o Brasil e desenvolve atividades de cooperação bilateral em variadas áreas de interesse. Cabe salientar que existe um enorme potencial de cooperação a ser explorado entre os dois países, especialmente no que se refere à integração física que tende a ser um importante e estratégico vetor de crescimento para a porção amazônica próxima ao Suriname e ao Brasil.

Dentre as diversas questões que rondam as fronteiras surinamesas, o garimpo ilegal é a atividade que mais ameaça a segurança e o desenvolvimento no Suriname.

⁹ Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/visita-oficial-do-senhor-presidente-da-republica-ao-suriname-e-a-guiana-2013-20-e-21-de-janeiro. Acesso em: 20 set. 2022.

A mineração de ouro no país atrai milhares de brasileiros e contribui para ser um catalizador de atividades criminosas no interior do Suriname.

As recentes descobertas de reservas de petróleo na costa surinamesa são vistas como uma grande oportunidade de crescimento do país. Dessa forma, visualiza-se que o Suriname deverá preocupar-se cada vez mais com a segurança e defesa de seu mar territorial. Nesse contexto, o Brasil possui grande capacidade de oferecer oportunidades de cooperação internacional que podem contribuir com essa nova fase de desenvolvimento do Suriname.

4 COOPERAÇÃO MILITAR BRASIL-SURINAME

No que se refere à agenda bilateral e, mais especificamente, à cooperação militar e em assuntos de defesa entre os dois países, o Ministério das Relações Exteriores aborda, em sua página eletrônica, a importância do tema¹⁰:

A cooperação brasileira com o Suriname teve início logo após a independência do país, em 1975. O programa abrange projetos nas áreas de agricultura, geologia, desenvolvimento institucional, meio ambiente e saúde. **A cooperação em defesa e segurança é outro pilar importante da relação entre os dois países.** (grifo nosso)

4.1 ANTECEDENTES

Em 1983, após a revolução ocorrida no Suriname em 25 de fevereiro de 1980, a qual foi seguida por uma crise interna no país, o Brasil enviou uma missão diplomática a fim de possibilitar que o Suriname adotasse uma postura de maior aproximação com o Governo Brasileiro. Tal missão ficou conhecida como “Missão Venturini”, por ter sido chefiada pelo General Danilo Venturini, mediante ordem do Presidente da República, conforme relatado por AVILA (2011, p. 7):

Em 11 de abril de 1983, o governo brasileiro, então comandado pelo general João Figueiredo, determinou o envio de uma missão de alto nível ao Suriname para oferecer a intensificação das relações bilaterais mediante um expressivo pacote de assistência política, militar e econômica ao regime do comandante Desiré Delano Bouterse. A missão visitou Paramaribo entre 15 e 17 de abril de 1983 e foi liderada pelo general Danilo Venturini, na época o secretário-geral do Conselho de Segurança Nacional do Brasil. A situação política e social interna do Suriname era altamente relevante para o governo brasileiro em função de considerações geopolíticas, inclusive no contexto do conflito Leste-Oeste devido à crescente aproximação do Suriname ao bloco socialista.

Essa missão é considerada o primeiro marco na cooperação militar entre Brasil e Suriname pois, logo após tal empreitada, por meio do Decreto Presidencial Nr 88.370, de 7 de junho de 1983, foi criada a Aditância das Forças Armadas junto à representação diplomática do Brasil em Paramaribo.

Além disso, após a Missão Venturini, tiveram início ações concretas de cooperação militar. A partir daquela visita foram coordenadas diversas atividades, principalmente, visando a formação de militares do Suriname em estabelecimentos de ensino brasileiros. Contudo, o mais atual marco da relação militar entre os dois países é o Acordo de Cooperação em Matéria de Defesa celebrado em 2008.

¹⁰ Disponível em: <http://www.abc.gov.br/imprensa/mostrarconteudo/965>. Acesso em: 20 jul. 2022.

A criação da aditância militar no Suriname, bem como a cooperação bilateral de defesa, constam no último relatório de gestão do Embaixador brasileiro no Suriname, Laudemar Gonçalves de Aguiar Neto, redigido no ano de 2020¹¹:

A Aditância de Defesa, Naval e do Exército do Brasil no Suriname foi criada em 1983, como resultado de missão liderada pelo General Danilo Venturini. A cooperação militar com o Suriname, em sua atual configuração, tem como base o Acordo de Cooperação Bilateral na Área de Defesa, assinado em 2008. (BRASIL, 2020, p. 7)

4.2 PRINCIPAIS ATIVIDADES REALIZADAS

O Ministro de Segunda Classe José Raphael Lopes Mendes de Azeredo, nomeado para o cargo a Embaixador do Suriname, no ano de 2020, cita em Mensagem ao Senado Federal¹² que “a cooperação em defesa com o Suriname constitui um dos principais e mais tradicionais pilares do relacionamento bilateral”. Além disso, no mesmo documento, o Embaixador descreve que “os principais aspectos da cooperação militar são a **capacitação de recursos humanos**, o desenvolvimento de doutrina militar e a modernização de equipamentos de defesa”. (grifo nosso)

Nesse ambiente cooperativo, cabe salientar que as atividades ocorrem tanto no Brasil, como também no próprio Suriname. Ao longo dos anos as Forças Armadas brasileiras se adequaram às condicionantes impostas pelas conjunturas políticas e econômicas, para manter sua capacidade de contribuir com aquela nação amiga e não perder o vínculo de integração institucional existente.

4.2.1 Capacitação no Brasil

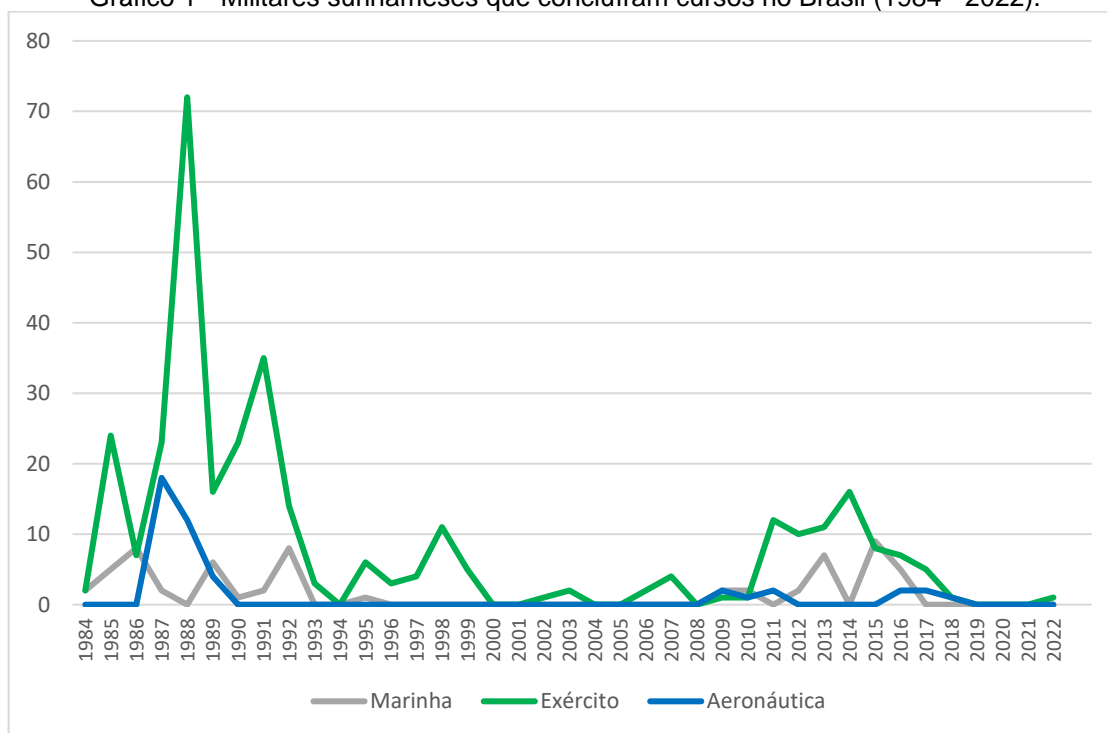
O Brasil é a principal potência militar da América do Sul. Essa condição possibilita ao país o uso de sua expressão militar do Poder Nacional para contribuir com países vizinhos no desenvolvimento de suas Forças Armadas, mais especificamente por meio da capacitação de militares.

Muitos oficiais e praças surinameses realizaram cursos e atividades de capacitação no Brasil. Com base em dados obtidos em levantamentos feitos pela Aditância Militar brasileira no Suriname (Gráfico 1), identifica-se que, ao longo de quatro décadas, o Brasil foi um intenso colaborador para a formação de pessoal do Suriname.

¹¹ Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=8861365&ts=1594257533778&disposition=inline>. Acesso em: 25 ago. 2022.

¹² Mensagem ao Senado Federal, enviada pelo MRE, por meio do Encaminhamento Ministerial EM nº 00079/2020 MRE, de 05 de junho de 2020. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/142957>. Acesso em: 25 ago. 2022.

Gráfico 1 - Militares surinameses que concluíram cursos no Brasil (1984 - 2022).



Fonte: Aditância de Defesa, Naval e do Exército do Brasil no Suriname. (BRASIL, 2022)

Observando o Gráfico 1, destaca-se que na segunda metade da década de 1980 até o início da década de 1990, houve um grande intercâmbio no Brasil. Cabe salientar que esse período coincide com a criação da Aditância Militar do Brasil em Paramaribo, em 1983, e com a Guerra Civil que ocorreu no Suriname entre 1986 e 1991, quando as Forças Armadas surinamesas combateram uma guerrilha que pretendia assumir o controle do país.

Nesse sentido, um dos mais importantes feitos da Cooperação Militar entre o Brasil e o Suriname, caracteriza-se na formação de oficiais surinameses na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), que se iniciou em 1985. Desde então, mais de 100 (cem) oficiais foram formados no Brasil (Tabela 2).

Tabela 2 - Oficiais surinameses formados na AMAN (1985 - 2021).

Ano	Oficiais formados
1985	24
1987	14
1988	31
1989	20
1991	20
2012	03
2017	01
2018	01
TOTAL	114

Fonte: Aditância de Defesa, Naval e do Exército do Brasil no Suriname. (BRASIL, 2022)

Cabe salientar que alguns desses oficiais chegaram a ocupar os principais postos de comando na estrutura militar do Suriname. Conforme dados da Aditância Militar do Brasil no Suriname, cargos como os de Ministro da Defesa, Comandante das Forças Armadas, Comandante do Exército e Comandante da Marinha, foram ocupados por militares capacitados em diversos cursos no Brasil¹³.

Também é possível identificar, no Gráfico 1, que as atividades voltaram a se intensificar no final da década de 2000 e início da década de 2010. Possivelmente, esse fato se deve à assinatura do Acordo de Cooperação em Matéria de Defesa celebrado em 2008.

4.2.2 Assessorias Militares no Suriname

A partir de tratativas iniciadas na Conferência Bilateral de Estado-Maior Brasil-Suriname, ocorrida em Brasília, em 5 de agosto de 2009, firmou-se um acordo para o desenvolvimento de novos projetos entre os dois países. Naquela oportunidade, o Ministério da Defesa brasileiro se comprometeu a enviar assessores militares para atuar em território surinamês.

A partir de então o Suriname levantou suas necessidades e foram propostas as assessorias brasileiras a serem instaladas naquele país. Destacam-se a implantação e funcionamento de uma Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais das Forças Armadas e a designação de uma Assessoria Desportiva para o Ministério da Defesa do Suriname. Para a condução dessas atividades passaram a ser selecionados oficiais e sargentos do Exército Brasileiro, a fim de dar cargo aos trabalhos de assessoramento no desenvolvimento da capacitação de pessoal.

Da mesma forma, a partir do ano de 2017, a Marinha do Brasil enviou militares ao Suriname, iniciando atividades de instrução por meio de assessores brasileiros. Naquela ocasião foi criado um Grupo de Assessoramento Técnico de Fuzileiros Navais (GAT-FN) com a finalidade de criar o Corpo de Fuzileiros Navais da Marinha do Suriname.

Essa metodologia de enviar assessores militares brasileiros ao Suriname foi iniciada após o acordo de 2008, e tem sido mantida e intensificada ao longo dos anos (Tabela 3). Verifica-se que já existe uma significativa quantidade de assessores que atuaram no Suriname.

¹³ Dados obtidos nos Relatórios de Atividades Internacionais (RAI), da Aditância de Defesa, Naval e do Exército do Brasil no Suriname (acesso restrito).

Tabela 3 - Assessores militares brasileiros em missão no Suriname.

Ano	Assessores militares brasileiros no Suriname
De 1983 a 2009	-
2010	02
2011	05
2012	05
2013	05
2014	05
2015	05
2016	05
2017	12
2018	09
2019	05
2020	05
2021	04
TOTAL	67

Fonte: Aditância de Defesa, Naval e do Exército do Brasil no Suriname. (BRASIL, 2022)

Da análise da continuidade do trabalho dos militares (oficiais, suboficiais e sargentos) junto às Forças Armadas daquele país, é justo concluir que os surinameses se adaptaram bem a esse tipo de cooperação e estão preservando-a ativa ao longo dos anos. Importante salientar que somente com a aprovação das autoridades surinamesas é possível manter a presença dos militares brasileiros no exterior colaborando com a capacitação de pessoal surinamês.

4.2.2.1 Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais

Em 2011 chegou a Paramaribo a primeira equipe de assessores militares, sendo um de Logística e outro de Manobra. Os trabalhos iniciais visavam o estabelecimento de padrões de trabalho, montagem das instruções e esclarecimentos que redundaram nos requisitos iniciais para a implantação de um curso coerente com a realidade e possibilidades do Suriname.

No ano de 2012, a equipe seguinte deu continuidade às atividades de preparação e atualização didática dos instrutores surinameses. Esse trabalho conjunto foi muito importante para o início do funcionamento dos cursos que seriam criados. Com isso, em 17 de junho de 2013 inicia-se o primeiro curso de aperfeiçoamento de oficiais do Suriname, na Voortgezette Officiers School (VOS), preparado e conduzido por militares surinameses. Dessa forma, os assessores brasileiros registraram sua participação nesse marco do ensino militar no Suriname.

Entre 2013 e 2021 foram realizados 4 (quatro) cursos de aperfeiçoamento para as qualificações de Infantaria, Logística e Administração. Ao todo foram aperfeiçoados aproximadamente 70 (setenta) oficiais na VOS, demonstrando que a escola se tornou

uma instituição com bases doutrinárias e curriculares sólidas. Além do assessoramento doutrinário, as equipes brasileiras puderam colaborar com a confecção dos planos de disciplinas, currículos e perfis profissiográficos da VOS.

Depois dos primeiros objetivos alcançados, o corpo de instrutores da VOS visualizou a elaboração de manuais doutrinários próprios. Com isso, em 2018, os assessores brasileiros, juntamente com os instrutores surinameses confeccionaram dois manuais: Batalhão de Infantaria e Logística.

Nos anos de 2018 e 2019, as equipes brasileiras contribuíram com as Forças Armadas surinamesas na criação da primeira Academia Militar do país. Os assessores militares do Brasil foram convidados para participar da montagem dos planos de disciplinas e da estrutura dos módulos escolares. Tal participação teve como objetivo principal alcançado, a inclusão do idioma português como matéria obrigatória nos cursos de formação dos oficiais e sargentos surinameses. O idioma português tem sido importante para as ações dos militares que trabalham em operações nas fronteiras do país¹⁴.

Os assessores brasileiros da VOS também conduziram atividades de intercâmbio na fronteira entre o Brasil e a Guiana Francesa. Nessas oportunidades, cerca de 40 (quarenta) oficiais e sargentos surinameses foram levados até a região de fronteira para verificar como as forças de segurança brasileiras atuam no enfrentamento aos crimes transnacionais, especialmente o garimpo ilegal, contrabando e tráfico de drogas.

4.2.2.2 Assessoria Desportiva

A Assessoria Desportiva do Ministério da Defesa do Suriname é composta por uma equipe de assessores militares do Exército Brasileiro e contribui com o desenvolvimento de atividades físicas e eventos desportivos no âmbito das Forças Armadas do país.

Por meio de assessoramento direto dos brasileiros, os surinameses recebem orientação para a organização de eventos desportivos, e também visando a

¹⁴ Segundo a Comandante da Academia Militar do Suriname, Major Irish Loraine Sanches, o idioma português. "Além de permitir uma interoperabilidade entre as Forças Armadas do Suriname e do Brasil, habilita os militares a se comunicarem com os imigrantes brasileiros que vivem no Suriname, facilitando suas operações em apoio a órgãos governamentais". Disponível em: https://www.eb.mil.br/web/noticias/noticiario-do-exercito/-/asset_publisher/znUQcGfQ6N3x/content/id/15756248. Acesso em: 12 set. 2022.

participação em competições esportivas internacionais. Em 2011, no Rio de Janeiro, o Suriname esteve presente, com sua equipe de futebol, nos V Jogos Mundiais Militares do Conselho Mundial de Desporto Militar (CISM). No ano de 2012, o Suriname sediou o Campeonato Sul-americano de Orientação para Cadetes e, no ano de 2013, foi sede do Campeonato Mundial de Maratona do CISM.

Destaca-se também que no início de 2012, as Forças Armadas surinamesas deram um novo direcionamento à prática de atividades físicas, buscando um treinamento físico militar adequado às suas necessidades operacionais. Com isso, a Assessoria Desportiva passou a trabalhar na construção de uma mentalidade de preparação física alinhada aos requisitos das Forças Armadas do país. Ao longo dos anos todas as propostas dos assessores tem sido prontamente aprovadas pelo Comando das Forças Armadas surinamesas, norteando assim o trabalho das equipes brasileiras.

Outro exemplo prático desse apoio é a preparação física de pelotões surinameses que realizaram treinamentos de operações na selva junto ao Exército da França na Guiana Francesa. Cabe destacar que essas frações são treinadas para atuar na manutenção da segurança em áreas de fronteira e no interior do Suriname, locais estes que estão totalmente inseridos na região amazônica.

Ao longo dos anos, o esforço conjunto dos militares surinameses e brasileiros proporcionou uma grande evolução para a sistematização da metodologia de capacitação física no âmbito das Forças Armadas daquela nação amiga. O trabalho coordenado e contínuo possibilitou o desenvolvimento e aprimoramento das capacidades físicas dos integrantes das forças singulares surinamesas.

Cabe destacar que alguns oficiais surinameses que atuam nas atividades esportivas militares, participam também da gestão em áreas esportivas de interesse do Ministério dos Esportes do país. Desse modo, é possível identificar que a contribuição dos assessores brasileiros, por meio de suas ações voltadas para as atividades militares, indiretamente acabam também contribuindo para o engrandecimento do desporto no Suriname.

4.2.2.3 Grupo de Assessoramento Técnico de Fuzileiros Navais

A Marinha do Suriname elencou como uma das suas principais prioridades a criação do seu Corpo de Fuzileiros Navais através de cooperação estabelecida com a Marinha do Brasil. Para tal empreitada planejou-se a implementação de uma

Subunidade de Fuzileiros Navais, com 3 (três) pelotões de fuzileiros, que seriam formados anualmente, um pelotão por ano, a partir de 2017.

No dia 14 de junho de 2017, ocorreu a cerimônia de graduação do 1º Pelotão de Fuzileiros Navais do Suriname, composto por 32 militares. Esta cooperação teve início em fevereiro daquele ano, quando uma equipe de 7 (sete) militares da Marinha do Brasil chegou ao Suriname para ministrar o curso. Esta foi a primeira etapa e embrião da criação do Corpo de Fuzileiros Navais do Suriname.

No ano de 2018, dando continuidade a essa cooperação com a Marinha surinamesa, uma nova equipe de instrutores brasileiros chegou ao Suriname para prosseguir na formação de fuzileiros navais. Naquela oportunidade a Marinha do Brasil enviou um grupo de 4 (quatro) militares para formar mais dois pelotões e, assim, concluir a formação da Subunidade de Fuzileiros Navais da Marinha do Suriname.

Essas frações de fuzileiros navais são empregadas, principalmente, nas regiões fluviais e no litoral do país. Os rios que balizam as fronteiras do Suriname são extremamente vulneráveis a ocorrência de ilícitos. Além disso, as forças de segurança do Suriname buscam manter sua presença ao longo da costa marítima devido, principalmente, às atividades ilegais que lá ocorrem, ligadas ao tráfico de drogas, à pesca ilegal, ao trânsito de imigrantes em situação irregular, e ao roubo contra embarcações. Portanto, a existência de uma tropa preparada para atuar nesse tipo de ambiente contribui para a segurança nos rios e no mar.

4.3 CONCLUSÃO PARCIAL

Verifica-se que as Forças Armadas brasileiras estão intimamente integradas com as suas contrapartes surinamesas. Percebe-se que, na área de defesa, desde a década de 1980 o Brasil vem contribuindo bastante com a capacitação e aprimoramento de pessoal militar daquela nação amiga.

Observa-se que, nos últimos anos, a cooperação caracterizou-se, principalmente, pelo envio de assessores brasileiros ao exterior para auxiliar na formação de integrantes das Forças Armadas em território surinamês.

Nesse ambiente de colaboração, o Brasil vem se destacando como um grande influenciador da doutrina militar surinamesa. Os cursos realizados no Brasil ou conduzidos por assessores brasileiros no Suriname contribuem significativamente para o aperfeiçoamento profissional dos surinameses. Os conhecimentos adquiridos nos cursos são utilizados onde quer que os militares do Suriname possam ser

empregados, especialmente nas fronteiras, nos rios, no mar ou nas mais variadas missões na selva amazônica.

Portanto, ao se visualizar a desejada e necessária integração dos países amazônicos, conclui-se que a cooperação militar entre o Brasil e o Suriname é um exemplo de fomento à segurança, e que contribui para o desenvolvimento naquela região. Essa cooperação já possui quase 40 (quarenta) anos e tem demonstrado resultados tangíveis que vem beneficiando ambos os países.

5 CONCLUSÃO

O presente trabalho teve como objetivo principal verificar de que maneira a cooperação militar entre o Brasil e o Suriname impacta a segurança e o desenvolvimento na região amazônica. Dessa maneira, foram apresentados aspectos gerais da relação bilateral entre os dois países, buscando evidenciar dados da cooperação em assuntos de defesa.

Em síntese, foi possível identificar que o principal impacto da cooperação militar estudada, diz respeito à capacitação dos militares surinameses que realizaram cursos no Brasil ou que receberam treinamentos no Suriname. Os conhecimentos transferidos por instrutores, monitores e assessores militares brasileiros se transformam em importantes ferramentas de trabalho, que contribuem para a atuação dos surinameses.

Por ser um país estritamente amazônico, o Suriname está vulnerável às ameaças e dificuldades impostas pelas condições geográficas existentes naquela região. Nesse contexto, a capacitação das Forças Armadas do país apresenta-se como um vetor primordial para assegurar aceitáveis níveis de segurança e desenvolvimento, contribuindo para que seja possível superar óbices inerentes a um importante ator regional com inúmeras carências internas.

Em relação ao Brasil, observa-se que a cooperação com o Suriname projeta uma imagem positiva das Forças Armadas brasileiras no exterior. O Brasil também acaba sendo beneficiado devido ao fato de ajudar com a capacitação de tropas de um país vizinho que estarão atuando contra ameaças comuns existentes em áreas próximas às fronteiras brasileiras na Amazônia.

Além disso, o fortalecimento da integração no ambiente regional onde o Brasil está inserido é vista pelo Ministério da Defesa como um cenário de oportunidades para incrementar e estimular a promoção de projetos conjuntos de defesa, visando desenvolver estratégias, capacidades industriais, soluções de monitoramento ambiental e territorial, além de aprimorar as condições de combate às ameaças transnacionais.

É possível constatar que o Brasil possui grande relevância em ações de cooperação internacional com países menos desenvolvidos. Através da Agência Brasileira de Cooperação, vinculada ao Ministério das Relações Exteriores, as Forças Armadas brasileiras conduzem projetos que são de muito interesse das nações amigas. Nesse sentido, fica evidente que o Brasil vem dando atenção especial aos

espaços geoestratégicos não só pela proximidade geográfica, mas também devido a interesses militares. Essas prioridades vão ao encontro dos Objetivos Nacionais de Defesa no que se refere à proteção dos interesses nacionais, à defesa dos bens e recursos brasileiros no exterior, à promoção da estabilidade regional, à manutenção da paz e à projeção internacional do Brasil. Tudo isso com a finalidade de buscar sua maior inserção em processos decisórios visualizados pela Política Nacional de Defesa.

Verifica-se que o Suriname é um país com uma localização estratégica no Planalto das Guianas, e que se tornou independente somente na década de 1970, ou seja, ainda é jovem e com potencial de desenvolvimento. Dessa forma, visando superar suas dificuldades, busca parcerias internacionais para solucionar questões internas. No que diz respeito às suas regiões de fronteira, por serem de difícil acesso e pouco habitadas, apresentam-se como um enorme desafio para a segurança, defesa e desenvolvimento.

Entretanto, apesar de suas características peculiares, identifica-se que o Suriname possui sólidas relações com o Brasil e desenvolve atividades de cooperação bilateral em variadas áreas de interesse. Destaca-se que existe um enorme potencial de integração entre os dois países, especialmente no que se refere às ligações físicas que tendem a ser vetores estratégicos importantes de crescimento na região amazônica próxima aos limites entre o Suriname e o Brasil. Nesse aspecto, os militares, tem muito a contribuir por serem bastante atuantes na Amazônia.

No que diz respeito às diversas questões que envolvem as fronteiras surinamesas, o garimpo ilegal é uma atividade que apresenta enormes ameaças à segurança e ao desenvolvimento. Devido ao grande valor econômico que representa, a mineração de ouro no país atrai milhares de brasileiros e contribui para ser um catalizador de atividades criminosas no interior e nas fronteiras desabitadas do Suriname.

Com o aumento dos crimes transnacionais em território surinamês, há uma crescente demanda por apoio das Forças Armadas no controle territorial, marítimo, fluvial e aéreo. Cada vez mais os militares daquele país estão sendo chamados a dar suporte a outras agências envolvidas em ações de segurança e garantia da lei e da ordem na Amazônia surinamesa.

Nesse contexto de necessária integração internacional na região amazônica, identifica-se que a cooperação militar entre o Brasil e o Suriname surge como um possível vetor que pode ser utilizado para fomentar o desenvolvimento e a segurança

naquela região. Ao longo de 40 anos, principalmente, por meio da capacitação de pessoal, a cooperação militar Brasil-Suriname apresentou resultados tangíveis que se materializaram no conhecimento adquirido por oficiais e praças das Forças Armadas surinamesas. Cabe destacar a Guerra Civil ocorrida no país entre 1986 e 1991, quando houve um grande volume de atividades de treinamento ofertadas pelo Brasil ao Suriname.

A influência do Brasil na doutrina militar surinamesa tem sido primordial para manter a tropa daquele país em um estado aceitável de prontidão, mesmo com as dificuldades econômicas existentes. Assim, pode-se notar que existe um alto grau de confiança mútua e laços de camaradagem entre os militares dos dois países, que foram construídos ao longo dos anos.

Observa-se que os cursos ofertados pelas Forças Armadas brasileiras devem ter continuidade e aprimoramento constantes. Tanto os treinamentos que foram realizados no Brasil, ou aqueles conduzidos por assessores brasileiros no Suriname, deixaram um legado de ensinamentos que se transformaram em ações práticas. Os conhecimentos adquiridos são utilizados em variadas missões onde são empregados os militares do Suriname, seja em atividades nas fronteiras, no mar, ou na selva amazônica por todo o país.

Por fim, diante do material estudado nesse texto, conclui-se que a cooperação militar entre o Brasil e o Suriname é bastante relevante. Ambos os países têm sido influenciados positivamente pelas atividades realizadas nesse profícuo ambiente de relacionamento, mas, logicamente, o Suriname, por ser um país com desenvolvimento recente, totalmente amazônico e com características especiais, sofre um impacto relevante advindo dessa cooperação que, desde a década de 1980, é realizada entre as duas nações amigas.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Aislan Carvalho. O Emprego do Exército da França em Território Francês. **Doutrina Militar Terrestre em Revista**, Brasília, v. 1, n. 23, p. 54-61, 2020.

ÁVILA, Carlos Federico Domínguez. Guerra Fria na Região Amazônica: um estudo da missão Venturini ao Suriname (1983). **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 54, p. 7-28, 2011.

BASTOS, Bruna Brito; SILVA, Gutemberg de Vilhena. Suriname: dinâmicas econômicas e relações internacionais. **Conhecer: Debate entre o Público e o Privado**, v. 12, n. 29, p. 141-155, 2022.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016].

BRASIL. Decreto nº 88.370, de 7 de junho de 1983. Altera dispositivo do Decreto nº 75.911 de 26 de junho de 1975, que fixa a lotação dos Adidos Militares junto às representações diplomáticas no exterior, alterado pelos Decretos nº 86.780, de 23 de dezembro de 1981, e 88.313 de 18 de maio de 1983. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 121, n. 108, p. 9633, 8 jun. 1983.

BRASIL. Estado-Maior da Armada. **Plano Estratégico da Marinha (PEM 2040)**. Marinha do Brasil. Brasília, DF: 2020a.

BRASIL. Estado-Maior do Exército. **Diretriz para as Atividades do Exército Brasileiro na Área Internacional (DAEBAI) EB10-D-01.006**. Brasília, DF: 2020a.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Cenário de Defesa 2020-2039 Sumário Executivo**. Brasília, DF: MD, 2017a.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Estratégia Nacional de Defesa e Política Nacional de Defesa**. Brasília, DF: MD, 2020a.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Diretriz de Defesa para a Área Internacional**. Brasília, DF: MD, 2017a.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Livro Branco de Defesa Nacional**. Brasília, DF: MD, 2020a.

BRASIL. Secretaria-Geral da Presidência da República. **O que é o Programa Barão do Rio Branco?**. Brasília, DF: PR, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/noticias/2019/setembro/o-que-e-o-programa-barao-do-rio-branco>. Acesso em: 23 mar. 2022.

CARNEIRO, Camilo Pereira; LICHTENTHALER, Hana Karoline Ramos Guedes; SOARES, Scharmory da Silva. Relações Brasil-Suriname: fronteira, garimpo e imigração no século XXI. **Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**, Macapá, v. 13, n. 2, p. 305-320, 2020.

CASTRO, Thales. **Teoria das relações internacionais**. Brasília: Fundação Antônio Gusmão, 2012.

CORREA, Paulo Gustavo Pellegrino; GUERRA, Paulo Raul Costa. A Cooperação Militar entre Brasil e Suriname/Military Cooperation between Brazil and Suriname. **Diálogos**, Maringá, v. 22, n. 3, p. 76-108, 2018.

COTTEY, Andrew; FOSTER, Anthony. **Reformulando a Diplomacia de Defesa: Novos Papéis para Cooperação e Assistência Militar**. Oxford: Oxford University press, 2004.

DE CASTRO, Therezinha. Amazônia - Geopolítica do confronto e Geoestratégia da integração. **A Defesa Nacional**, Rio de Janeiro, n. 755, p. 68-82, 1992.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (Brasil). **Fundamentos do Poder Nacional**. Rio de Janeiro: ESG, 2022. v. 1

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (Brasil). **Manual para elaboração de Trabalhos Acadêmicos**. Rio de Janeiro: ESG, 2021. v. 1

HOYLE, Peggy A. A disputa de fronteira marítima Guiana-Suriname e seu contexto regional. **IBRU Boletim de limites e segurança**, Durham, p. 99-107, 2001.

LIMA, Maria Regina Soares de; MILANI, Carlos. **Atlas da Política Brasileira de Defesa**. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2017, *E-book*.

LIMA, Suely Aparecida de. **Integração e relações bilaterais assimétricas: Brasil-Guyana e Brasil-Suriname**. 2017. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, 2017.

MATTOS, Carlos de Meira. **Uma Geopolítica Pan-Amazônica**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1980.

MUTHANNA, Kodendera Arjun. Diplomacia militar. **Journal of Defense Studies**, Nova Delhi, v. 5, n. 1, p. 1-15, 2011.

OLIVEIRA, Rafael da Silva. **Mobilidades transgressoras, geografias ignoradas: itinerários e emaranhamentos envolvendo territorialidades de garimpeiros no Suriname**. 2013. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

PILETTI, Felipe José. **Segurança e defesa da Amazônia: o Exército Brasileiro e as ameaças não tradicionais**. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

PINTO, Rodrigo Pereira. Escola Sul-Americana de Defesa, identidade cultural e bolivarianismo. Assimetrias na integração dos estudos de defesa. **A Defesa Nacional**, Rio de Janeiro, n. 833, p. 55-67, 2017.

ROSA, Maynard Marques Santa. Uma Estratégia Nacional para a Amazônia Legal. **Defesanet**, Brasília, 13 ago. 2013. Disponível em: <https://www.defesanet.com.br/toa/noticia/11814/Uma-Estrategia-Nacional-para-Amazonia-Legal/>. Acesso em: 23 mar. 2022.

PINTO, Rodrigo Pereira. Escola Sul-Americana de Defesa, identidade cultural e bolivarianismo. Assimetrias na integração dos estudos de defesa. **A Defesa Nacional**, Rio de Janeiro, n. 833, p. 55-67, 2017.

SILVA, Gutemberg de Vilhena. Litígios transfronteiriços na região das Guianas: questões geopolíticas na interface entre a Amazônia e o Caribe. **Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território: integração sul-americana e regiões periféricas**. Porto Alegre: Editora Letral, p. 199-217, 2018.

SOUSA, Yolanda Nunes. Contencioso entre Guyana e Suriname acerca dos limites marítimos (2000-2007). **Coleção Meira Mattos: revista das ciências militares**, v. 16, n. 55, p. 87-106, 2021.

TEIXEIRA, Vinicius Modolo. **Geopolítica das Organizações de Cooperação em Defesa**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2020, *E-book*.

UNITED STATES. **International Narcotics Control Strategy Report**. Volume I. Department of State. 2018.